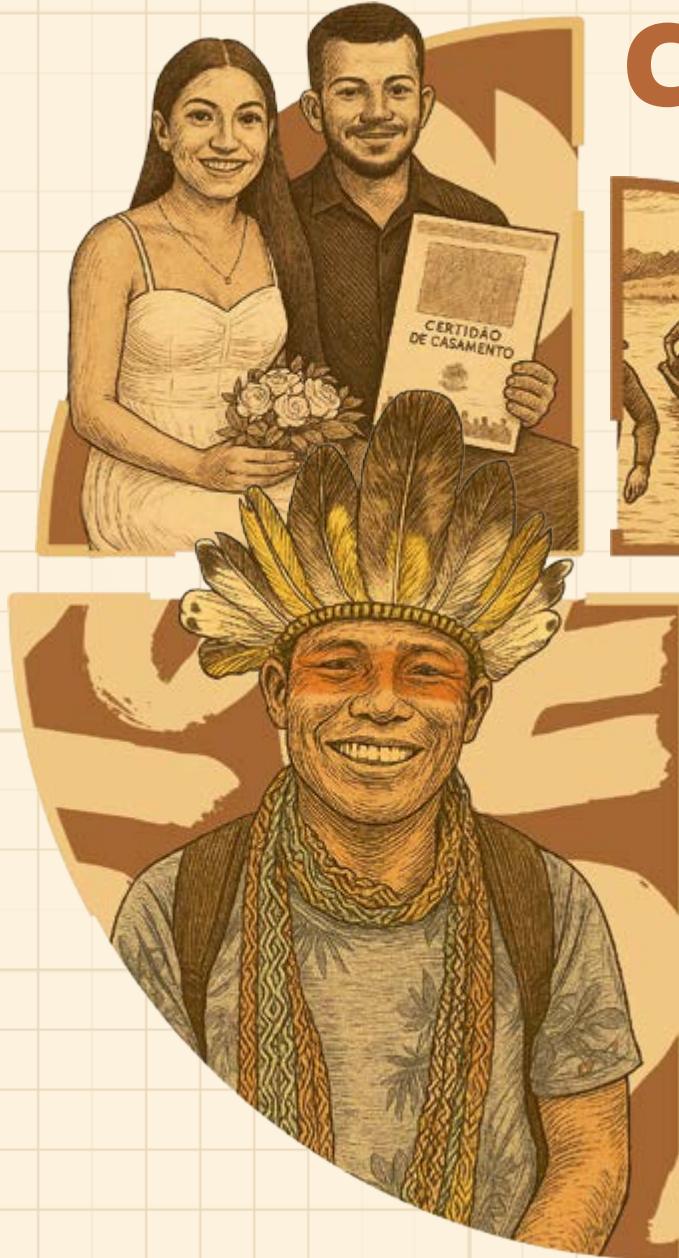


REVISTA
**PROJETO
CIDADÃO**



30
anos de
projeto
cidadão

1995 2025

30

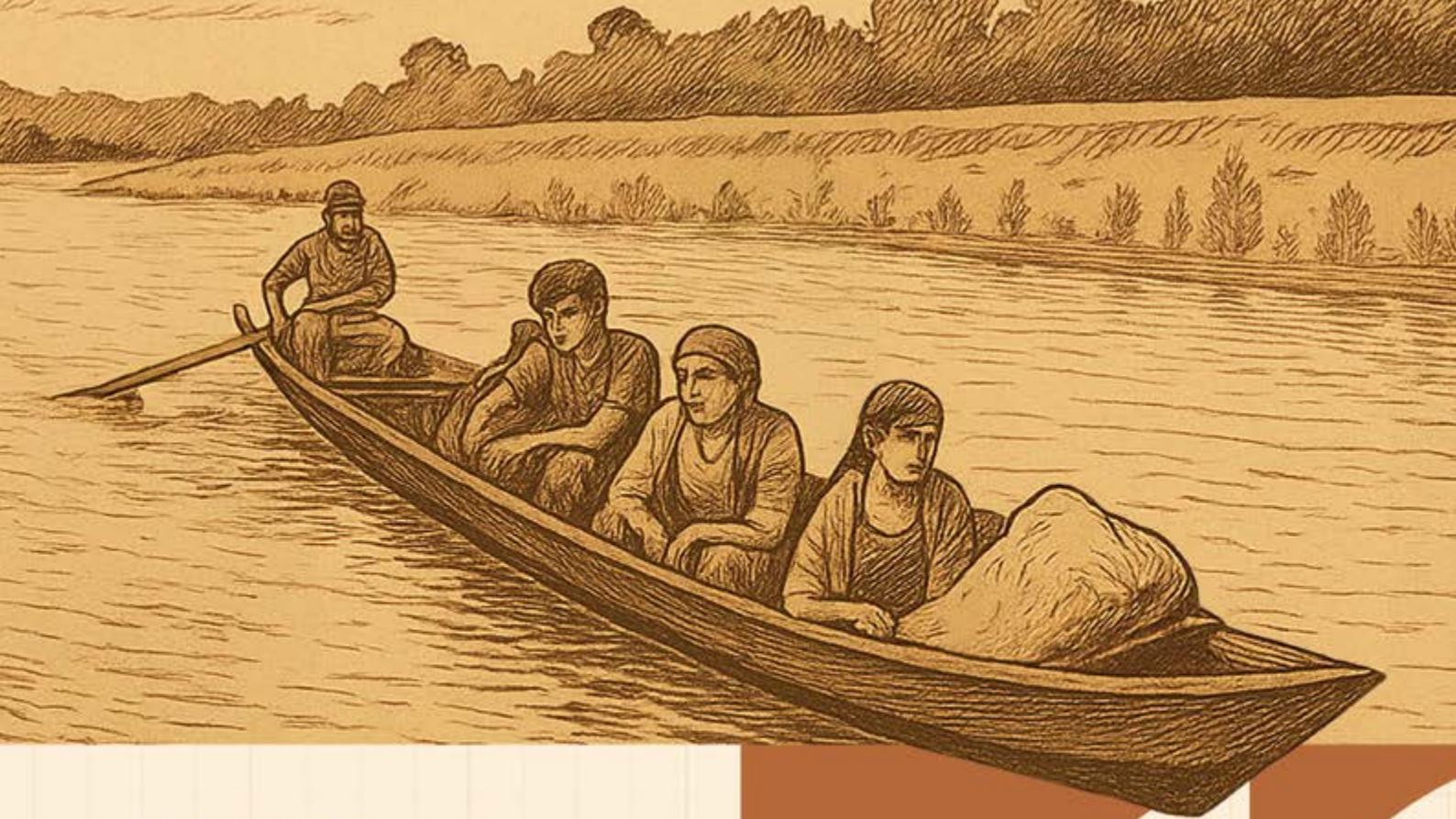


ANOS DE
**PROJETO
CIDADÃO**

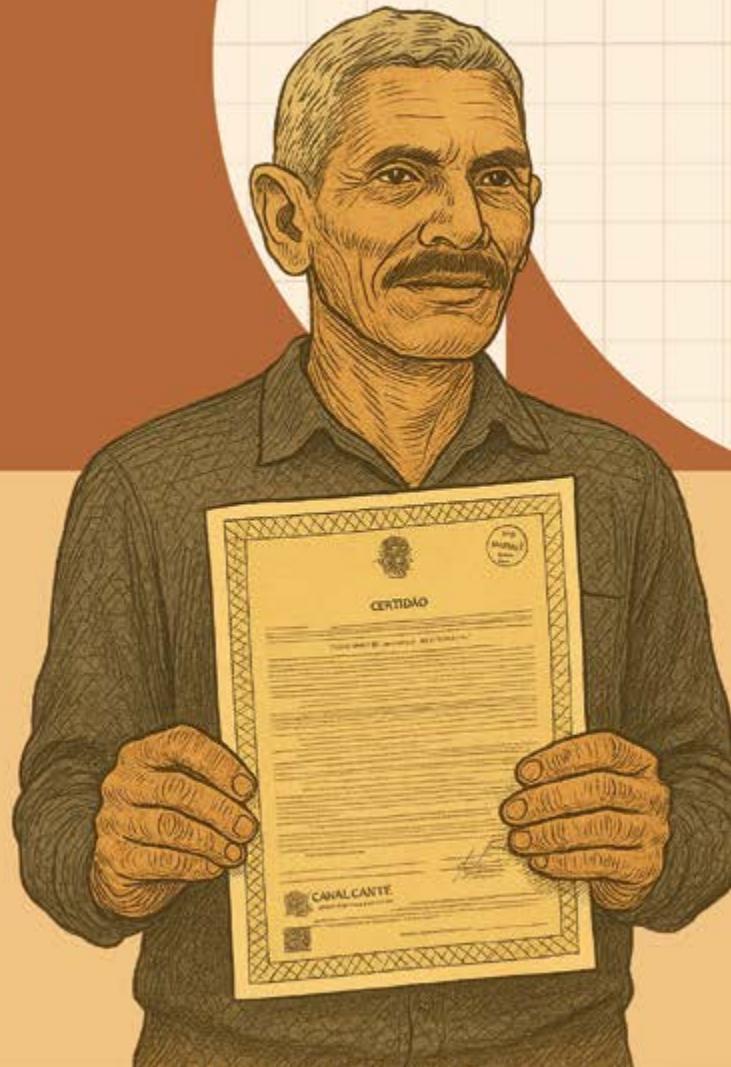
1995 2025

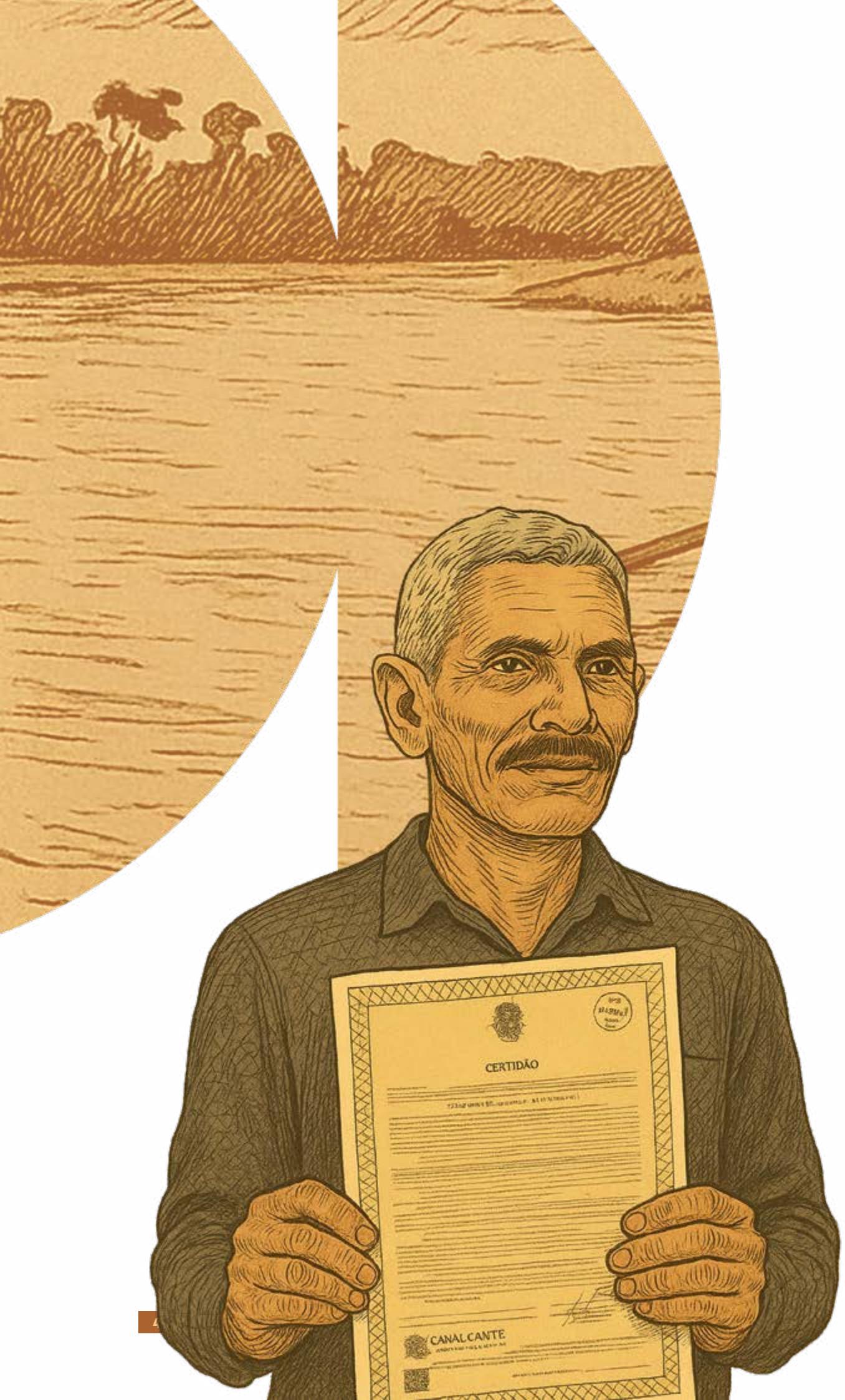


Projeto
Cidadão



MAIS DE
1,6 MILHÃO
DE PESSOAS
ATENDIDAS 
NESSES 30 ANOS





**PRESIDENTE**

Des. Laudivon Nogueira

VICE-PRESIDENTE

Desa. Regina Ferrari

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Nonato Maia

DIRETOR DA ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

Des. Luís Camolez

TRIBUNAL PLENO

Des. Samoel Evangelista

Des. Roberto Barros

Desa. Denise Bonfim

Des. Francisco Djalma

Desa. Waldirene Cordeiro

Desa. Regina Ferrari

Des. Laudivon Nogueira

Des. Júnior Alberto

Des. Elcio Mendes

Des. Luís Camolez

Des. Nonato Maia

Des. Lois Arruda

Comissão de Gestão da Memória do Poder Judiciário do Estado do Acre

Desa. Regina Ferrari

Des. Arquilau de Castro Melo

Juiz de Direito Cloves Cabral

Andréa Zílio

Nassara Pires

Ires Vitor Saraiva

Ana Lúcia Cunha

Bono Maia

Jean Carlos Nery

Coordenador do Projeto Cidadão

Des. Samoel Evangelista



Ficha técnica

Secretaria-Geral

José Carlos Martins Júnior

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Hélio Carvalho

Secretaria de Gestão Orçamentária e Finanças

Jacikley Ribeiro

Secretaria Judiciária

Denizi Gorzoni

Secretaria de Logística e Gestão Administrativa

Larissa Montilha

Secretaria de Gestão de Pessoas

Nassara Pires

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Elson Correia

Secretaria de Infraestrutura e Atendimento ao Usuário

Ana Paula Carrilho

Coordenadoria de Gestão de Memória e Arquivos

Ana Lúcia Cunha

Coordenadoria de Apoio aos Programas Sociais

Isnailda Silva

Secretaria de Comunicação Social

Andréa Zílio

Subsecretaria de Comunicação Estratégica e Institucional

Samuel Bryan

Elisson Magalhães

Emanuelly Falqueto

Gleilson Miranda

Ana Paula Batalha

Marcio Bleiner Roma

Miriane Teles

William Azevedo

Bruna Feitosa (estagiária)

Wellington Vidal (estagiário)

Subsecretaria de Publicidade e Transmissão Institucional

Andrey de Santana

Fernando Sobrinho

Gabriel Yjalade

Jacira Abdon

Márcio Braga

Mauro de Barros Junior

Parque Gráfico

Aidono Belmonte

Antonio Carlos Alves

Antonio Pinto

José Cláudio Silva

Gabinete e Assessoria da Secom

Maria Gorete Feitosa

Pâmela Shaina Araújo

Publicação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Coordenação Geral

Andréa Zílio

Emanuelly Falqueto

Editoria

Andréa Zílio

Emanuelly Falqueto

Samuel Bryan

Pesquisa

Ana Lúcia Cunha

Revisão

Eurilinda Figueiredo

Projeto Gráfico e diagramação

Márcio Braga

Sumário



Existir para
o Estado

10

14

Nem o mais
otimista imaginava



Um novo tempo, portas
abertas e cidadania

Gestado em 1995 para enfrentar a evasão escolar por falta de documentos, o Projeto Cidadão expandiu-se e fez história na construção de direitos e cidadania para a população acreana

19

23

ENTREVISTA

Arquilau de Castro Melo relata a essência
dos 30 anos do Projeto Cidadão



Um projeto de Justiça que há três décadas
transforma vidas na busca pela paz

De troca de armas por cestas básicas à construção da cidadania,
o Projeto Cidadão é o retrato de uma ação que mudou o Acre

31

35

Projeto Mulher Cidadã: atendimento
humanizado a mulheres em vulnerabilidade

Por meio do Projeto Cidadão, iniciativa oferece atendimentos e serviços
essenciais a mulheres, unindo cuidado, empatia e cidadania



Voz, Justiça e cidadania para os
povos originários do Acre

Retificar documentos das populações indígenas é retirar marcas das explorações,
colonização e do desrespeito pela cultura desses povos, é reparação histórica

39

"Sim, eu aceito!"

Há 30 anos, milhares de casais acreanos formalizam a união e garantem direitos no casamento coletivo



47



Onde há exclusão, o Projeto Cidadão escolhe **acolher para transformar**

Em 2025, o Brasil possui mais de 335 mil pessoas em situação de rua, segundo dados do Cadastro Único

51

Uma nova identidade para **uma nova vida**

A expedição de documentos para a população carcerária promove justiça social



55



Doação que **constrói pontes**

Do barco encalhado no rio seco, helicóptero e ramal com muita lama, os caminhos e as mãos que fazem o Projeto Cidadão

59

Causos e fatos

Curiosidades, causos e fatos estranhos, alguns perigosos, engraçados e inusitados que marcam esses 30 anos de trajetória



64



Um projeto que aproximou a **Justiça da sociedade acreana**

69

Galeria

Fotografias das cidadãs e cidadãos nos atendimentos



71



Quem faz **Projeto Cidadão**

76

Existir para o Estado

Fazer as pessoas existirem para o Estado, com acesso ao mínimo que é a documentação básica, define o objetivo principal do Projeto Cidadão, que completou 30 anos de existência em 2025. Essas três décadas de intenso serviço prestado são uma caminhada que nos enche de orgulho. É um trabalho que nasceu para reduzir distâncias, remover barreiras documentais e aproximar o Estado, em particular o Poder Judiciário, de quem mais precisa.

Para celebrar esse legado, nós, do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Secretaria de Comunicação Social (Secom), organizamos a **Revista Projeto Cidadão**. Nas páginas a seguir, rememoramos parte dessa história de ações e resultados em cada palavra, fotografia e depoimento resgatado.

Criado em 1995, a meta inicial era garantir o primeiro documento – a certidão de nascimento – e, com ele, o direito à identidade e à cidadania. Desde essa primeira iniciativa, o Projeto Cidadão se expandiu, abraçando a emissão de ou-

 **Fotografia por** Elisson Magalhães



Laudivon Nogueira é recepcionado pelo cacique e pajé Ame, na Aldeia São Vicente, na Terra Indígena Huni Kuin, do Rio Humaitá, afluente do Rio Muru, em Tarauacá

tos documentos, serviços de saúde, orientação jurídica, audiências de conciliação, lazer e cultura, sempre com foco na inclusão social e no respeito à diversidade.

É nosso programa social mais longevo e resulta de uma visão de Justiça que não deve se limitar ao julgamento de processos, mas sobretudo atuar para remover obstáculos concretos ao exercício da cidadania. Nesses 30 anos, o Projeto Cidadão se firmou como atividade atípica do Poder Judiciário – não é nossa

função primária –, porém capaz de alcançar, com presença física e efetiva, os rincões mais distantes do nosso território, levando direitos onde antes havia apenas ausência do Estado.

O projeto nasceu para atender a uma demanda pontual, concebido para durar um período. Então, por que durou tanto tempo? Por que tantas pessoas não têm certidão de nascimento ou registro civil? Às vezes, elas não estão distantes dos centros urbanos. Há pessoas que têm medo de

chegar até as instituições públicas. É algo que precisa ser desmistificado: como agentes do poder público, devemos servir, não sermos servidos. O Projeto Cidadão cumpre esse papel de servir à população, sem entraves burocráticos. O propósito de cada ação é resolver o problema e prestar um atendimento de qualidade.

Acredito que, enquanto houver pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, enquanto houver barreiras ao exercício pleno de direitos, haverá espaço e necessidade para o Projeto Cidadão.

Para existir e funcionar por tanto tempo, a união fez a força e garantiu a durabilidade.

Os parceiros se integram voluntariamente, sem contrato formal. Fazemos o convite: “Vamos fazer?”. E, assim, vamos juntos, em coletividade. Esse ato espontâneo de fazer o bem e sempre melhor é o diferencial do Projeto Cidadão. É uma rede de parcerias sólida. Por isso, é indispensável reconhecer que só foi possível realizar esse projeto com o esforço coletivo de muitas mãos e mentes comprometidas.

Rendemos nossa homenagem a todas as ex-presidentas, a todos os ex-presidentes do Tribunal de Justiça, corregedoras e corregedores, coordenadoras e coordenadores do Projeto, magistradas

e magistrados, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, voluntárias e voluntários, instituições parceiras, órgãos federais, estaduais, municipais, entidades da sociedade civil, empresas e organizações não governamentais que, ao longo dessas três décadas, dedicaram tempo, talento e sensibilidade para transformar a vida de milhares de acreanas e acreanos.

Durante esse tempo, o projeto prestou 1.653.248 atendimentos à população acreana, até a presente data, e continuamos contando. Esses números significam histórias transformadas, barreiras superadas, cidadãos e cidadãs



Os atendimentos significam histórias de vida transformadas e acesso à cidadania



O juiz Laudivon Nogueira (à direita), antes se tornar desembargador, participou das primeiras edições do Projeto Cidadão

que, a partir de um simples documento, passaram a ter acesso à educação, à saúde, a benefícios sociais e à participação política.

O desafio? É manter viva essa chama, expandindo horizontes e inovando nas maneiras de entregar direitos à população. E o nosso compromisso é seguir com a mesma

determinação e sensibilidade que marcaram as primeiras ações, agora, porém com novas tecnologias, novas parcerias e uma visão cada vez mais inclusiva e plural.

O Projeto Cidadão seguirá como símbolo de proximidade do Judiciário com a sociedade, um lembrete permanente de que o atendimento

é também um ato de respeito, dignidade e esperança.

Espero que essa celebração seja também um ponto de partida para novas conquistas, reafirmando nosso compromisso de levar cidadania, justiça e dignidade a cada acreana e acreano, esteja onde estiver. O Projeto Cidadão é, antes de tudo, uma de-



monstração viva de que a Justiça pode e deve estar onde o povo está. A lição do projeto é que cidadania é uma experiência concreta, que começa, muitas vezes, com um simples documento na mão e o reconhecimento oficial da existência de cada pessoa.

Com o Projeto Cidadão, alcançamos seringais, aldeias

indígenas, comunidades ribeirinhas, reservas extrativistas, periferias urbanas, projetos de assentamento, os 22 municípios, colocações rurais, alcançamos pessoas. E elas nos alcançaram, nos tocando e mostrando que respeito e dignidade se constroem juntos, não com imposições, mas no diálogo e na aproximação.

A inovação reside em fazer o simples. Fazer o simples, por vezes, é difícil – e é por isso que soluções verdadeiramente inovadoras perduram. O Projeto Cidadão perdura.

Desembargador
Laudivon Nogueira

Presidente do TJAC
(Biênio 2025/2027)



Nem o mais otimista imaginava

Nem o mais otimista dos pioneiros imaginaria tanta longevidade para aquela ação nascida de uma causa nobre: atender às demandas trazidas pela Prefeitura de Rio Branco, que necessitava registrar crianças para seu ingresso nas escolas. Trata-se do mais longevo projeto social realizado pelo Tribunal de Justiça do Acre.

O Projeto Cidadão não tem um único dono; é coordenado pelo Tribunal de Justiça do Acre, mas constitui fruto da solidariedade de cidadãos e cidadãs que não se conformaram — e não se conformam — com a falta de acesso da população aos serviços básicos.

Ao longo desses 30 anos, o Projeto Cidadão sempre recebeu total apoio dos presidentes do Tribunal e de seus corregedores. O desembargador Laudivon Nogueira, atual presidente, reconhece a relevância do projeto para a sociedade e para o Judiciário acreano. Não nos falta incentivo nem meios para manter viva essa chama.

Muitos colegas estiveram à frente do Projeto Cidadão:



Desembargador Samoel Evangelista no casamento coletivo realizado em Porto Acre, no dia 18 de setembro de 2025

o desembargador Arquilau de Castro Melo, um dos idealizadores desse mutirão de serviços itinerantes; o desembargador Pedro Ranzi; a desembargadora Eva Evangelista, que, durante a presidência da desembargadora Denise Bonfim, assumiu a coordenação; além de outros colegas da Corte de ontem e de hoje. Todos imprimiram suas marcas, incentivaram e ampliaram os serviços, sendo responsáveis por chegarmos até aqui. A eles

cabe todo o mérito. Essas personalidades são a expressão máxima do reconhecimento à magistratura acreana. Que belo exemplo!

Como disse João Cabral de Melo Neto, “um galo sozinho não tece uma manhã”. Além de não ter dono único, o Projeto Cidadão não se faz isoladamente: é fruto de inúmeras parcerias. Desde seus primórdios, conta com o incondicional apoio do Poder Executivo. O Governo do Estado do Acre

sempre foi um grande aliado, oferecendo diversos serviços por meio de seus órgãos, com destaque para a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil e o Instituto de Identificação Raimundo Hermínio Melo.

Quando se iniciou a delegação do serviço extrajudicial, em 2006 concluída em 2009 —, confesso que havia grande preocupação quanto ao comportamento dos delegatários. Como se sabe, o registro civil incluindo nascimento e casamento é um serviço delegado. Mas o resultado superou expectativas: todo o engajamento e compromisso anteriores foram mantidos e ampliados. Por isso, enalteço a Associação dos Notários e Registradores do Acre (Anoreg) e seus associados.

O Ministério Público e a Defensoria Pública Estadual integram essa história, atuando em assentos de nascimento, registros tardios, habilitações matrimoniais, causas familiares e conciliações. Profissionais que fizeram e fazem

parte do projeto orientando, participando de audiências e ampliando serviços são fundamentais para o atendimento aos cidadãos.

Atendendo a demandas de todos os lugares, o Projeto Cidadão percorreu e continua a percorrer todos os municípios acreanos. O apoio dos gestores locais é imprescindível, não só no atendimento urbano, mas, principalmente, ao atender populações rurais. Acessar aldeias indígenas, ribeirinhos e seringais sempre representou um desafio, no qual os prefeitos têm papel fundamental.

Agradeço às servidoras e aos servidores do Judiciário que atuaram e atuam no projeto: vocês merecem todo reconhecimento. Passam noites sem dormir, longe de suas famílias em abrigos improvisados, mas a missão sempre é cumprida. Expresso admiração e gratidão a todos. Vocês são exemplos.

Longa é a lista de parceiros, e todos merecem nossos agradecimentos.



Desembargador Samoel Evangelista e desembargadora Eva Evangelista visitando os atendimentos nas primeiras edições do Projeto Cidadão

Fotografia por Elisson Magalhães



Em outubro de 2017, no estádio Arena da Floresta, em Rio Branco, 2.240 casais oficializaram a união no casamento coletivo

O Projeto Cidadão apresenta números expressivos: estimam-se 1,6 milhão de atendimentos, com serviços variados, especialmente às comunidades distantes e menos assistidas pelo Estado.

Em 27 de outubro de 2017, celebrou-se o casamento coletivo de 2.240 casais. O projeto consolidou-se como iniciativa social bem-sucedida, tanto que, em 1998, obteve seu primeiro reconhecimento nacional: o prêmio de Destaque de Melhor Projeto do Brasil em Gestão Pública

e Cidadania Inovadora, concedido pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e BNDES.

Nestas três décadas, há muito a narrar por todos que construíram e constroem o Projeto Cidadão: desembargadores, juízes, promotores, defensores públicos, servidores e parceiros.

Vivenciamos experiências únicas: singrar rios em frágeis embarcações, subir barrancos com máquinas de escrever, atender a população à luz de lamparinas, pernoitar à beira de estradas devido a

“
Crescer em
todos os
sentidos





atoleiros. Dormi sobre o motor de um barco — como na Foz do Breu — para usar a fumaça contra os carapanãs. São vivências indescritíveis para quem as experimentou. Elas nos transformaram.

Como escreveu Paulo aos romanos: “*Quão formosos são os pés dos que anunciam boas novas*”. Para quem tem pouco, em carência extrema, obter uma carteira de identidade, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho, assistência em saúde, apoio jurídico ou social, ou celebrar um casamento representa boas-no-

vas. Muitas vezes, isso é tudo. Por anuncarem boas-novas, cultivarem o bem coletivo e voltarem-se para os vulneráveis, o Projeto Cidadão e todos vocês são formosos por inteiro.

Agradeço e parabenizo a todos nós por esses 30 anos dedicados à promoção de direitos e cidadania.

Desembargador
Samuel Evangelista

Coordenador
do Projeto Cidadão





Atendimentos realizados nos bairros
de Rio Branco reuniam multidões

Um novo tempo, portas abertas e cidadania

Gestado em 1995 para enfrentar a evasão escolar por falta de documentos, o Projeto Cidadão expandiu-se e fez história na construção de direitos e cidadania para a população acreana

Na pulsante Amazônia, onde rios se entrelaçam e a floresta sussurra memórias e futuros, o acesso frequentemente depende das vazantes ou cheias. Em estradas nem sempre transitáveis, promover cidadania é um desafio que exige planejamento, persistência e compromisso.

Foi nesse cenário que surgiu uma iniciativa que ampliou o próprio significado de Justiça: o Projeto Cidadão, do Poder Judiciário acreano. Nascido em 1995 e agora, ao completar 30 anos, ele demonstra que o Direito não se limita a sentenças nos autos, mas traduz-se em presença que garante identidade, voz e pertencimento.

Ao celebrarmos essa jornada, que transcende meros feitos administrativos, registramos uma saga de inclusão social — um pacto de dignidade esculpido pela obsti-

nação coletiva de servidoras e servidores, magistradas e magistrados, parceiros e comunidades. Assim, a Justiça, quando próxima e humana, converte-se na substância que alimenta a cidadania.

A semente foi lançada em 1995, quando o desembargador Arquilau de Castro Melo, então Corregedor-Geral da Justiça, e Jorge Viana, prefeito de Rio Branco, testemunharam um paradoxo: crianças nas escolas, repletas de sonhos, mas sem registro de nascimento que lhes conferisse existência legal. Tal realidade motivou o então presidente do TJAC, desembargador Jersey Pacheco, a enviar servidores às escolas para registrar brasileiras e brasileiros sem reconhecimento civil.

Rapidamente, a dimensão do problema revelou-se: não apenas crianças, mas gerações inteiras careciam de documen-

tação. O Sesc Centro sediou o primeiro grande mutirão, com busca por CPF, RG e, para muitos, a celebração de casamentos — ato de amor agora oficializado. De mutirão em mutirão, a ação migrou para o Fórum Barão do Rio Branco, consolidando-se como missão permanente.

Em 1997, o projeto atingiu ruas e bairros. A partir de demanda da Secretaria de Segurança Pública — à época sob gestão de Samoel Evangelista, hoje desembargador e coordenador do projeto —, a caravana rumou ao Bairro 6 de Agosto.

Ali, Justiça e Segurança uniram-se na “Caminhada pela Paz”, manifesto que integrou emissão de documentos, palestras, exposições culturais e arte — com figuras como Jofranas e Tancredo Silva —, transformando a ação em celebração comunitária.

Fotografia > Acervo TJAC



Com as Toyotas Bandeirantes, as equipes enfrentavam atoleiros, mas conseguiam levar os atendimentos

Também surgiu uma ousada campanha de desarmamento: troca de armas por cestas básicas, gesto simbólico pela paz em meio à violência crescente.

Em 1998, o Tribunal adquiriu duas Toyotas Bandeirantes por meio de um convênio com o Ministério da Justiça, viabilizando incursões ao interior do estado. Magistrados, servidores e parceiros, impulsionados por pioneirismo, levaram cidadania a comunidades remotas, superando distâncias e obstáculos. O reconhecimento materializou-se no mesmo ano, com premiação pela Fundação Getúlio Vargas, atestando o impacto inovador do projeto.

Entre 1998 e 2000, o “Mutirão da Solidariedade”, com a Ação Global do Sesi, arrecadou alimentos para cozinhas comunitárias que distribuíam sopas e marmitas nas periferias, estendendo a solidariedade para além da burocracia.

O novo século trouxe novas fronteiras. Em 2000, durante as comemorações dos 500 anos do Brasil, o projeto chegou à Aldeia Nova Olinda, no Alto Envira (Feijó), marcando seu primeiro atendimento em terras indígenas — compromisso histórico com os povos originários.

Em 2003, com a abertura da BR-364, nasceu a “Caravana da Cidadania”, levando servi-

ços aos moradores das margens viárias. Seguiram-se expedições memoráveis, como a do Rio Tejo (Juruá), com apoio do Exército, e a participação na Expedição Euclides da Cunha (2009), refazendo rotas históricas, com a cidadania como bússola.

Desde 2011, o Poder Judiciário acreano consolidou essa visão na Coordenadoria de Apoio aos Programas Sociais, que hoje organiza o projeto com abordagem ampliada. Prioriza-se o atendimento a grupos vulneráveis: comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população em situação de rua, privados de liberdade, crianças, adolescentes, além de pautas

como equidade racial, gênero e questões ambientais. A Justiça faz-se humana e presente.

Ao longo de três décadas, o projeto não caminhou isolado. Parcerias com órgãos federais, estaduais, municipais, entidades governamentais e não governamentais alicerçaram a iniciativa, que alcançou 1.647.541 atendimentos. Os casamentos coletivos, ritos de amor e legalidade, simbolizam essa colaboração, regularizando uniões.

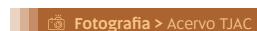
Nesta história de promoção de cidadania entram as quatro pessoas que coordenaram a ação, os desembargadores Ar-

quilau de Castro Melo, Pedro Ranzi, a desembargadora Eva Evangelista e o atual responsável pela iniciativa, Samoel Evangelista, que articularam e continuam trabalhando para que o Projeto Cidadão seja essa base de aproximação da justiça com a população.

Por trás de cada certidão, carteira de identidade, CPF ou casamento coletivo, reside o propósito maior: assegurar à população de baixa renda, gratuita e descentralizada, acesso a serviços públicos essenciais. É a ponte para direitos à saúde, previ-

dência, reconhecimento étnico-indígena e dignidade. Embora a missão do Judiciário seja julgar, a Justiça acreana, por meio do projeto, ampliou sua vocação, assumindo função atípica — porém vital — como promotora de justiça social e bem comum.

O Projeto Cidadão é farol de esperança e guardião da dignidade. Há 30 anos, desvenda o Acre, levando Justiça, inclusão e direito à existência a cada pessoa, cada lar, cada recanto da floresta. Sua história é a do povo que se recusa à invisibilidade e da Justiça que se faz tangível.

 Fotografia > Acervo TJAC



O Projeto Cidadão teve quatro coordenadores. Nas fotos estão Arquilau de Castro Melo, Pedro Ranzi, Eva Evangelista e Samoel Evangelista



Projeto Cidadão promoveu a dignidade, se envolvendo nos Mutirões da Solidariedade entre 1998 e 2000

ENTREVISTA

“Estamos aqui para te atender”: Arquilau de Castro Melo relata a essência dos 30 anos do Projeto Cidadão

Quando o desembargador Arquilau de Castro Melo fala sobre o início do Projeto Cidadão, é como se revisse, em cada lembrança, o percurso de um Estado inteiro em busca do reconhecimento de sua própria gente. A década era de 1990. O Acre atravessava um período de profundas transformações políticas e sociais. O Censo do IBGE revelava um dado alarmante: quase 70% da população não possuía registro civil. Milhares de pessoas viviam sem documentos, sem nome reconhecido, sem existência formal perante o Estado. Essa ausência burocrática era também um retrato simbólico — um país que havia deixado de olhar para os que ajudaram a construir suas cidades, abrir suas estradas, formar seus bairros.

Foi nesse contexto que nasceu o Projeto Cidadão. A partir

de uma inquietação compartilhada entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura de Rio Branco, o projeto começou com uma ideia simples: levar os cartórios até onde estavam as pessoas. Mas a simplicidade do gesto escondia uma mudança estrutural. O Estado, representado por juízas, juízes, servidoras, servidores e parceiros institucionais, deixou de esperar o cidadão em balcões distantes e passou a ir ao seu encontro — nas escolas, nas comunidades rurais, às margens dos rios, nos seringais. Ali, documentos deixaram de ser papéis e voltaram a ser símbolos de pertencimento, direitos e memória.

Ao longo desta entrevista, Arquilau de Castro Melo reconstrói esse caminho com a precisão de quem viveu cada decisão e cada resistência. Fala do início improvisado, das caravanas que cruzavam o Acre em comboios, das

alianças com instituições públicas e privadas. Recorda o primeiro registro feito sob uma palhoça, os casamentos coletivos que reuniram mil casais no Estádio Arena da Floresta, e a emoção dos povos indígenas ao poder registrar seus nomes e etnias conforme sua própria história.

O Projeto Cidadão se consolida como uma pedagogia pública: ensinou o Estado a ouvir, e o cidadão a exigir seus direitos. Transformou o trabalho da Justiça, aproximou servidores da realidade popular e revelou a face humana de um poder muitas vezes visto como distante. Ao completar três décadas, a iniciativa continua sem estrutura formal, sem cargos, sem orçamento fixo — e talvez seja justamente nessa informalidade que reside sua força: a de lembrar que a cidadania não nasce de um decreto, mas da disposição coletiva de reconhecer o outro.

Entrevista com **Arquilau de Castro Melo: 30 anos do Projeto Cidadão**



Com as parcerias, os serviços eram levados ao interior do estado

TJAC: Para começar, o senhor poderia se apresentar e contar um pouco da sua trajetória até chegar ao Tribunal de Justiça?

Arquilau de Castro Melo:

Sou Arquilau de Castro Melo, advogado, filho de Cruzeiro do Sul, nascido no Alto Rio Juruá Mirim, afluente do Rio Juruá. Cheguei a Cruzeiro aos sete anos, quando fui registrado no cartório civil — porque, no interior, naquela época, não havia registradores. As famílias precisavam ir à cidade para registrar seus filhos, e muitas vezes vinham com várias crianças. Era co-

mun trocar idades, nomes, ou até decidir no balcão qual nome seria usado.

Fiz o curso ginásial em Cruzeiro, o secundário em Rio Branco, no Colégio Acreano, e depois Direito na Universidade Federal do Acre. Nesse período, atuei no jornal Varadouro e no movimento estudantil. Ao me formar, comecei a advogar para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre e para a Diocese, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, apoiando famílias expulsas dos seringais — especialmente na década de 1970,

quando essa migração para as cidades cresceu muito.

Mais tarde, fiz concurso para magistratura, fui juiz em Tarauacá, Sena Madureira e Rio Branco, até ser eleito desembargador. Fui presidente do Tribunal de Justiça e do TRE.

TJAC: Como surgiu o Projeto Cidadão?

Arquilau de Castro Melo:

O Projeto Cidadão nasceu em 1995, depois que o IBGE constatou que cerca de 68% da população acreana não tinha registro de nascimento. Era um choque, assim, algo assustador, que mais da metade, quase dois terços da população não tinha um documento sequer. O registro civil, que é o primeiro documento. Não tinham, não existiam como pessoas perante o Estado.

Na época, o prefeito de Rio Branco era Jorge Viana. Ele procurou o Tribunal, presidido pelo desembargador Jersey Pacheco, relatando grande evasão escolar nas escolas municipais — e que muitas crianças mudavam de nome a cada ano. Descobrimos que isso acontecia porque não tinham registro civil.

O desembargador Pacheco me chamou e perguntou como poderíamos ajudar. Foi aí que propus levar os cartórios até as escolas públicas para registrar as crianças. Começamos assim — e o resultado foi imediato. Outras escolas pediram nossa presença, e os pais diziam: “Eu não tenho identidade”, “não tenho CPF”, “não sou casado, e se eu morrer, minha mulher fica desamparada”.

Foi então que o projeto se ampliou: passamos a emitir outros documentos, com apoio de parceiros como Secretaria de Segurança, Incra, Ministério do Trabalho e Secretaria de Saúde. Nas-

cia o Projeto Cidadão como uma força de cooperação entre instituições.

TJAC: Como você descreve o caráter institucional do projeto?

Arquilau de Castro Melo:

O que é bom do Projeto Cidadão, o que é inusitado, é que nós não somos uma instituição. O inusitado do Projeto Cidadão é que não somos uma instituição formal. Nunca quisemos ser. Sempre defendi que deveria permanecer como ideia, não estrutura. Se criado por lei, com cargos e orçamentos, perderia a leveza operacional. Dizíamos: “O Projeto Cidadão é de todos”. Eu

me autodenomei coordenador — função não institucionalizada nem remunerada. O milagre está na informalidade: cada parceiro custeia seus servidores e despesas.

TJAC: E como o projeto se expandiu pelo Acre?

Arquilau de Castro Melo:

Começamos na cidade. Logo, comunidades rurais passaram a nos demandar. Depois, iniciamos incursões fluviais. Navegamos quase todos os rios porque prefeituras isoladas nos chamavam para ir lá, nos convocavam. Saímos de Rio Branco com 50 veículos — cada instituição contribuía

 **Fotografia > Acervo TJAC**



As multidões de pessoas lotavam as portas das escolas e dos locais de atendimento do início da ação até hoje



As caravanas da cidadania reuniam os órgãos parceiros para atender à população no interior do estado

com dois a quatro —, parando em Sena Madureira, Feijó, Manoel Urbano, Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Atendíamos ao longo da estrada e nas sedes municipais.

TJAC: O senhor fala muito sobre o atendimento humanizado. Por que esse atendimento era importante?

Arquilau de Castro Melo:

Refletíamos: por que o cidadão, mesmo com cartórios próximos, aguardava o projeto? A resposta: atendimento frio e burocrático (às vezes até hostil) nesses locais. No Projeto Cidadão, a lógica era: “Estamos aqui para te atender”. Isso gerou confiança. As comunidades passaram a confiar e até mesmo a cobrar: “Quando voltam?”. O Projeto Cidadão é assim, aberto. Somos abertos: formam-se filas e trabalhamos até o último atendimento, até não ter mais ninguém para atender.

TJAC: O projeto chegou também às comunidades indígenas?

Arquilau de Castro Melo:

O cidadão passou a exigir a presença do Projeto Cidadão em suas comunidades e seringais. Navegamos pelo Rio Purus, por exemplo, com um indigenista da Funai, para que pudéssemos chegar a informações como a idade dos(das) indígenas.

O indigenista começava a fazer perguntas aos pais:

“Quando seu filho nasceu, o rio estava cheio ou seco? Alguém da Funai estava presente?” Dessa forma ele sabia (mais ou menos) delimitar.

“Quando ele nasceu, quem estava por aqui? Esteve algum indigenista, alguém da Funai naquele período aqui, perto do nascimento dele?”. Assim, chegávamos próximos à idade dessas crianças. Foi algo que me emocionou muito, arrepiou. Eu ficava ouvindo aquelas conversas,

até que o indigenista dizia: “Pode registrar, foi nessa data que essa criança nasceu”.

Assim, estimava-se a idade das crianças. Era emocionante ouvir:

“Registre nesta data — foi quando nasceu.”

Famílias inteiras registravam-se. Só deu alegria e continua dando. Recentemente, na comunidade Puyanawa (Mâncio Lima), incluímos a etnia nos registros. Todos carregavam “Lima” — sobrenome do seringalista, do dono do Seringal (o patrão, o coronel, era o Mâncio Lima — que explorou esses indígenas. Eles carregavam o sobrenome do seu algoz. E, naquele momento, optaram por não retirar o sobrenome Lima, por mantê-lo, permanecer com ele, mas acrescentando “Puyanawa”. Uma reafirmação identitária. E isso também é maravilhoso.

TJAC: Que impacto teve no próprio Tribunal de Justiça?

 **Fotografia > Acervo TJAC**



A experiência de sair dos gabinetes e fóruns para atender nas localidades afastadas transformou juízes, juízas, servidores e servidores

Arquilau de Castro Melo:

Essa experiência foi excelente. Foi (e ainda é) transformadora, para juízes e servidores. Juízes deixaram de ser figuras distantes, saíram de seus gabinetes para atender a comunidade. Seus gabinetes já não eram o gabinete do Fórum, tornaram-se escolas, debaixo de palhocas, recebendo e ouvindo pessoas, fazendo registros de nascimentos, de casamentos.

Esse juiz encontrou com seu jurisdicionado (como chamamos), com seu cliente, e melhorou muito, porque passou a perceber que seu objetivo é servir àquelas pessoas. Melhorou muito, como cidadão. Ver um juiz empenhado, que lembra a primeira que participou do Projeto Cidadão, acompanhado de promotor, subindo os rios, remando em rios secos, arrastando canoas.

Os servidores também se transformaram pelo acolhimento comunitário: recebiam comida, abraços, amizades. A comunidade prepara até comida, ajuda e participa do Projeto Cidadão. Recebe bem. Isso cria marcas, cria

 **Fotografia > Acervo TJAC**



Equipe e comunidade local uniam esforços para descarregar os equipamentos e realizar os serviços ofertados

Fotografia por Elisson Magalhães



Aproximar e garantir direitos às pessoas, independente onde elas estejam, é dever do Estado e missão do Projeto Cidadão

amizades com os servidores, até mesmo com o juiz. Criou-se um relacionamento próximo, aberto, sem fronteiras, sem dificuldades. O juiz passou por um processo de humanização, mais pé no chão, passou a entender melhor os problemas que iria julgar, as pessoas que iria julgar, tornou-se mais humano e compreensivo — essencial para julgar com justiça. Isso é muito importante.

TJAC: O senhor esperava que o Projeto Cidadão durasse tanto tempo?

Arquilau de Castro Melo:

Eu pensei, durante muito tempo em que estive à frente do Projeto Cidadão, que esse muti-

rão iria acabar, que em determinado momento perderia o sentido, porque alcançaríamos todas as pessoas sem registro, sem certidão de casamento, sem título de eleitor, entre outros documentos. Mas me enganei.

É uma ação perene. O cidadão pensa assim: “vou perder dois, três dias para ir atrás de um documento. Vou e volto. Então, esse cidadão cobra a presença do Projeto Cidadão, que é o Estado. É o Estado simplificado. É o Estado com vontade de fazer, porque nós representamos o Estado. Não somos nós, pessoa física. Nós representamos o Estado.

TJAC: Qual o legado do Projeto para a população?

Arquilau de Castro Melo:

O que o Projeto Cidadão pode deixar para a população, é que ela precisa cobrar do Estado, que cumpra seu dever, que registre as pessoas sem que elas precisem pagar, que casem as pessoas sem que precisem pagar, que expeça carteira de identidade sem cobrar por isso.

TJAC: E qual a mensagem para quem hoje conduz o Projeto Cidadão?

Arquilau de Castro Melo:

Façam o que já vem sendo feito há 30 anos. A receita está aí, não tentem mudar isso. Seja como, desde o começo, o Projeto Cidadão é. Por isso ele tem essa fama, porque ele não tentou inovar nada, não tentou criar cargos, não tentou criar estrutura. O futuro, sempre será de parcerias. E que cada um fale pelo Projeto Cidadão, sem ninguém sentir menos ou mais importante, nesse processo. Mantenham a essência: sem estruturas rígidas, sem cargos, com parcerias.

TJAC: Há algum momento marcante que o senhor guarda na memória?

Arquilau de Castro Melo:

Quando as moças chegam vestidas de noivas, de véu e grinalda, homens com sua melhor roupa para se casar no Projeto Cidadão. Isso é emocionante, porque não há essa exigência, mas eles se sentem felizes em fazer isso.

Milhares de pessoas se casando, nesse meio, cem pessoas vestidas como se fossem a um casamento na igreja, como se fossem a um casamento no fórum. Vão alinhados. Sentem-se como em grandes cerimônias. Isso era muito emocionante, ver a importância que as pessoas dão a esse projeto. Elas se sentem realmente casadas, se sentem felizes.

E ouvi várias vezes: “nós vamos sair daqui para comemorar em casa, com meus amigos...”. Era festa em casa, era festa nas próprias residências, na dos amigos. O Projeto Cidadão elevou muito esse sentimento.



A importância que as pessoas dão ao casamento coletivo é um dos pontos-chave do Projeto Cidadão

 **Fotografia** > Acervo TJAC com restauração por IA



Desembargador Gercino Filho entregando sacolão em troca de arma:
uma ação de combate à violência dentro do Projeto Cidadão

Um projeto de Justiça que há três décadas **transforma vidas na busca pela paz**

De troca de armas por cestas básicas à construção da cidadania, o Projeto Cidadão é o retrato de uma ação que mudou o Acre

Em meio às ruas estreitas do Bairro 6 de Agosto, em Rio Branco, o barulho de milhares de pessoas reunidas para emitir documentos (de identidade e outros registros), inauguraava novo capítulo na história acreana. Naquela versão do Projeto Cidadão, algo ainda maior nascia. Era 1997, e o Tribunal de Justiça do Acre lançava uma das suas iniciativas mais ousadas de combate à violência: a troca de armas por sacolões de alimentos.

O gesto, simples à primeira vista, representava muito mais do que a substituição de um instrumento de morte por produtos básicos de so-

brevivência. Simbolizava uma revolução cultural, social e institucional que faria do Projeto Cidadão uma das mais duradouras e respeitadas políticas públicas de aproximação entre o Judiciário e o povo acreano.

Hoje, trinta anos depois, o Projeto Cidadão se consolida como um dos maiores símbolos da presença da Justiça nas comunidades mais vulneráveis. Um espaço onde a cidadania é caminho para a paz e a inclusão social substitui o medo.

Quando o Acre clamava por paz

A década de 1990 foi um período de grandes desafios

para o Acre. O crescimento urbano desordenado, o aumento do desemprego e a presença do tráfico de drogas contribuíram para o avanço da criminalidade nas periferias. Na década dos esquadrões da morte, índices de homicídios preocupavam as autoridades e a sensação de insegurança dominava as ruas.

Foi nesse contexto que o então presidente do TJAC, desembargador Gercino José da Silva Filho, integrou ao projeto uma ação inédita: unir Judiciário, comunidades e iniciativa privada numa grande campanha de combate à violência e promoção da cidadania.

Em julho de 1997, o Bairro 6 de Agosto recebeu edição histórica do Projeto Cidadão, com apoio do então secretário de Segurança, Samoel Evangelista. Durante uma semana, ruas transformaram-se em palco de caminhadas, competições esportivas, atividades culturais e serviços públicos e, principalmente, por uma ação que chamaria atenção de todos: a troca de armas por alimentos.

A proposta era ousada e simbólica. Quem entregasse uma arma de fogo — sem precisar se identificar ou temer qualquer consequência judicial — recebia em troca um sacolão de alimentos doado por comerciantes locais, em parceria com o Tribunal. “Era uma forma de dizer à população que a Justiça não era um poder distante, mas uma parceira na busca por uma vida melhor”, destacou Gercino em uma das entrevistas da época.

Em apenas uma semana, 15 armas (espingardas, revólveres, escopetas) foram entregues voluntariamente. O Exército ficou responsável pela destruição do material bélico, simbolizando de uma vez por todas a conversão de instrumentos de morte em alimentos e esperança.

A ação foi replicada no Taquari, Esperança e outros bairros, retirando mais de 50 armas de circulação até 1999, além de milhares de atendimentos em documentação e serviços sociais.

“A comunidade precisava, mas nem sempre era fácil chegar e sair sem sobressaltos”

Relatos da equipe do TJAC que participou das edições na década de 1990 impressionam até hoje. Servidores, magistrados e voluntários enfrentavam desafios que iam muito além da logística.

“Saímos debaixo de bala para servir o povo”, recordam os mais antigos. Em algumas ocasiões, as ações ocorreram em meio a conflitos entre facções ou desentendimentos nos campeonatos de futebol promovidos entre bairros adversários como parte da programação. Era o retrato de um tempo, mas também de uma

Justiça que decidiu enfrentar a violência com coragem e proximidade.

O Projeto Cidadão foi também um embrião de redes de acolhimento social, abrindo espaço para instituições como os Alcoólicos Anônimos e a Associação de Pais e Amigos de Dependentes Químicos, que montaram estandes para oferecer escuta, tratamento e esperança.

Essa integração de esforços foi o embrião do conceito que mais tarde seria adotado pelas políticas públicas contemporâneas: a segurança cidadã, baseada não apenas em repressão, mas em inclusão, prevenção e solidariedade.

A busca pela cidadania plena

Com o passar dos anos, a violência urbana deu lugar a novos desafios. Se nos anos 1990 o inimigo era o crime organizado, nas décadas seguintes o foco deslocou-se para violências silenciosas (muitas dessas violências, dentro de casa): abandono civil, sub-registro, violência doméstica e abuso sexual.

Em cada edição, o Tribunal de Justiça passou a oferecer serviços de documentação básica, como emissão de certidões, CPF, carteiras de identidade e registros de nascimento e casamento, permitindo que milhares de acreanos saíssem da invisibilidade.

Sem documentação, não há acesso à escola, à saúde, ao trabalho formal ou à Justiça. Assim, o Projeto Cidadão tornou-se um instrumento de prevenção social da violência, retirando pessoas da invisibilidade e reintegrando-as ao convívio institucional.

O projeto adaptou-se. De combate à violência explícita, tornou-se ferramenta contra exclusão social — resgatando milhares da invisibilidade.

Educar para a paz

Em 2025, o Projeto Cidadão completa 30 anos com o mesmo espírito de origem, mas com novos horizontes. O foco agora é educar para a paz e para a igualdade, especialmente entre jovens.

Nas últimas edições, a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça (TJAC), desenvolveu atividades educativas com estudantes do ensino médio.

As palestras abordam temas como violência contra a mulher, relacionamentos abusivos, bullying e violência virtual. Em uma das ações mais recentes, estudantes da Escola Jader Saraiva Machado (Porto Acre), por exemplo, produziram redações com o tema “A violência doméstica e familiar contra a mulher e os impactos na sociedade”.

Assim, uma edição após a outra, cada ceritão emitida, cada orientação jurídica pres-

tada ou palestra ministrada é uma semente plantada em solo fértil: o da confiança entre a população e a Justiça.

Com centenas de milhares de atendimentos em três décadas, o projeto consolida-se como maior programa de inclusão do Judiciário brasileiro.

O Projeto Cidadão é, ao mesmo tempo, memória e futuro: dos dias em que o Tribunal de Justiça trocava armas por alimentos, às manhãs de educação para direitos, em que jovens aprendem sobre respeito e igualdade nas escolas, sua essência permanece — combater violências por meio da dignidade.



Caminhada pela paz realizada no bairro Taquari em 1997

 Fotografia por Elisson Magalhães



Raiane Silva dos Santos ficou desabrigada por conta das cheias dos rios e foi atendida na edição especial do Projeto Cidadão

Projeto Mulher Cidadã: atendimento humanizado a mulheres em vulnerabilidade

Por meio do Projeto Cidadão, iniciativa oferece atendimentos e serviços essenciais a mulheres, unindo cuidado, empatia e cidadania

No Acre, o compromisso do Poder Judiciário com a proteção e promoção dos direitos das mulheres ganhou força e visibilidade com o desenvolvimento do “Projeto Mulher Cidadã”. Criado a partir da experiência do Projeto Cidadão, esta iniciativa realiza edições dedicadas a mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas com dificuldades de acesso a serviços públicos.

O objetivo é proporcionar atendimento humanizado e multifacetado, transcendendo o papel tradicional da Justiça. Ao invés de se limitar às decisões judiciais, o projeto atua

na promoção direta da cidadania, oferecendo serviços integrados de saúde, assistência social, assessoria jurídica e emissão de documentos.

As edições especiais ocorrem tradicionalmente em março, marcando o Dia Internacional da Mulher (8/3). Em 2009, os serviços foram levados à Casa Rosa Mulher (2º Distrito de Rio Branco), atendendo 3.276 pessoas, conforme registros da época.

Em março de 2023, uma edição com o lema “Para Todas as Mulheres” realizou-se no Palácio da Justiça, no Centro de Rio Branco, simultaneamente ao encerramento da 23ª Semana Justiça pela Paz

em Casa — ação tradicional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que acelera julgamentos de casos de violência doméstica. O TJAC reforçou assim seu compromisso com a proteção e o acolhimento de mulheres frequentemente invisibilizadas.

Atendimento inclusivo e acessível

Mulheres indígenas, em situação de rua, moradoras de áreas de risco e mulheres com deficiência foram acolhidas em ambientes especialmente preparados para receber a comunidade.

Em 2023, o atendimento ocorreu simultaneamente em



Emissão de documentos, serviços de saúde e bazar solidário foram alguns dos atendimentos realizados no Palácio da Justiça, em março de 2023

três espaços estratégicos: salas do museu do Palácio, praça do cidadão no Fórum Barão do Rio Branco - desativado em 2024 - e o ônibus da Justiça sobre Rodas. Essa estrutura itinerante e descentralizada permitiu que mulheres, em diferentes situações de vulnerabilidade, tivessem acesso a atendimentos médicos, sociais e jurídicos.

Eliceia Costa da Silva (em situação de rua), uma das beneficiadas, exemplifica o impacto: “Está tudo bom. Gostei e agora estou me sentindo bonita”, declarou emocionada, após receber roupas e cuidados médicos.

Resposta emergencial a desastres

O projeto se mostrou mais uma vez essencial em um momento crítico para a população de Rio Branco. Com o transbordo do Rio Acre, muitas famílias perderam suas casas, móveis, documentos e pertences pessoais. Em meio ao caos da enchente, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) promoveu uma nova edição do Projeto Mulher Cidadã, desta vez focada na emissão de documentos para as

pessoas acolhidas no Parque de Exposições, abrigo temporário para os desabrigados.

Essa ação possibilitou que mulheres e suas famílias recuperassem documentos fundamentais como certidões de nascimento, títulos de eleitor, RG e CPF, além de receberem atendimento jurídico pela Defensoria Pública e acesso aos serviços digitais da Oca Móvel. Essa recuperação documental foi decisiva para acesso a direitos básicos e programas sociais.

Isnailda Silva, coordenadora de Apoio Programas Sociais do TJAC, destaca: “O projeto Mulher Cidadã simboliza a evolução do Judiciário acreano: de agente julgador para facilitador de direitos, atuando de forma humanizada, integrada e preventiva. O compromisso com mulheres vulneráveis reflete a busca por uma Justiça inclusiva que respeita histórias individuais e garante cidadania plena.”

Prevenção e cultura de paz

Além das ações de atendimento direto, o Projeto Mulher Cidadã tem investido na prevenção e conscientização. Nas edições

recentes são realizadas palestras educativas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica. Os encontros são direcionados a públicos estratégicos, como agentes comunitários de saúde, estudantes e lideranças locais, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção e promover a cultura da paz no ambiente familiar.

Ao abordar temas como relações saudáveis, direitos das mulheres e canais de denúncia, o Judiciário atua de forma preventiva, incenti-

vando o diálogo e a informação como ferramentas fundamentais para a redução da violência e a construção de lares mais seguros.

Nesse sentido, Isnailda Silva destacou que os atendimentos do Projeto Cidadão, de forma geral – seja com palestras, rodas de conversa, ou mesmo nos casamentos – carregam essa missão de, ao regularizar documentação de mulheres e famílias, oferecer acesso à própria autonomia, para construção de relações de gênero mais igualitárias.



Eliceia Costa da Silva, depois de receber a doação de roupas no bazar instalado na sala do museu, no Palácio da Justiça, em Rio Branco

 Fotografia por Emanuely Falqueto



Em setembro de 2024, indígenas das etnias Nukini e Nawas foram atendidos na Aldeia Isâ Vakeku, onde receberam as certidões retificadas

Voz, Justiça e cidadania para os povos originários do Acre

Retificar documentos das populações indígenas é retirar marcas das explorações, colonização e do desrespeito pela cultura desses povos, é reparação histórica

No coração da floresta, onde o tempo ganha outro ritmo, um projeto floresce há 30 anos como uma árvore entre rios. O Projeto Cidadão, em sua jornada, tem sido mais que um serviço: é varadouro, é esperança em forma de documento, é justiça e cidadania desaguando nas aldeias e banhando as terras secas das vulnerabilidades humanas. À sombra dessa mesma floresta, os povos originários encontraram mais que atendimentos, encontraram reconhecimento. Numa terra onde a história tantas vezes os silenciou, o Projeto Cidadão ergueu sua voz para dizer que cidadania também se escreve em línguas originárias.

Com as atividades do Projeto Cidadão, os ventos da cidadan-

nia sopraram e imprimiram em letras legítimas os verdadeiros nomes dos povos originários em seus documentos. Esse é o caso da liderança no subgrupo Xinã Bena Keneya, Francisco de Assis Araújo, da etnia Huni Kuin. Ele ainda não possuía a etnia no documento e, aos 55 anos, realizou esse sonho quando foi atendido na Terra Indígena Igarapé do Caucho, em Tarauacá, em 2022.

“Quero acrescentar, porque é nossa etnia. É o que eu sou. Com o nome no documento, me sentirei mais Huni Kuin, porque enquanto não tem, me sinto (faz uma pausa) branco, incompleto” – **finalizou, simples e direto.**

Retificar é fortalecer cultura

Retificar documentos das populações indígenas é retirar marcas das explorações, da colonização e do desrespeito pela cultura desses povos, é reparação histórica. Retificar é fortalecer a cultura. Retificar documentos é corrigir. Se o erro for, por exemplo, uma letra trocada, grafia errada, tudo pode ser feito diretamente no cartório. Já para outros casos é necessária a alteração via processo judicial. Mas, com as edições especiais do Projeto Cidadão, feitas a partir de 2021, esse procedimento é facilitado para os povos tradicionais. Mais que acesso aos documentos, as edições nas comunidades indígenas proporcionam resgate histórico e pertencimento, reparando a parte do extermínio cultural

Fotografia por Emanuely Falqueto



À esquerda, Maria Salomé e a família após retirarem as certidões de nascimento tardias; no canto superior direito, o cacique Ame recebe o Projeto Cidadão na Aldeia São Vicente; no canto inferior direito, Tiririca Wunawa Kulina é atendido na Aldeia Nova Morada

orquestrado contra essa população, através da negativa ao nome próprio indígena.

Afinal, até pouco tempo atrás — e ainda hoje — muitos povos tradicionais carregam nos seus documentos as marcas da exploração, com sobrenomes dos donos de fazenda e seringais. Com esse serviço, Puyanawas, Huni Kuin, Kulina, Kampa, Madja, Nukini, Nawas, Shanenawa, Jaminawa, Ashaninka e Manchineri puderam corrigir seus documentos.

O professor e líder da União da Juventude Indígena Huni Kuin do Cauchó Isaka Rua Bake

(UJIHC, lê-se: ujicác) afirmou que foi um processo que os povos indígenas sofreram desde a colonização, onde até mesmo a língua materna era proibida de falar. A nova geração está buscando não deixar a cultura de lado e um símbolo desse resgate é a questão dos nomes na documentação.

“Inserir o nome não só serve para que você me olhe e saiba que eu sou um indígena, mas no momento que eu entregar a documentação, você vai saber a minha etnia. Então, nós tivemos um processo de perda, mas essa perda,

“Corrigir documentos é reparação histórica”



estamos tentando, através dos projetos como esse e das parcerias, recuperar e fazer essa organização dos povos indígenas tanto na questão nome, como na questão organizacional. Queremos reafirmar nossa etnia no documento”, disse Isaka Rua Bake, que também foi atendido em 2022, na Aldeia Cauchó.

Somente aos 48 anos, que Samuel Rondon Iraque Puyanawa pode assinar seu nome pela primeira vez com a identificação da etnia em seu sobrenome, em setembro de 2023, na Escola Estadual Indígena Ixubay Rabui Puya-

nawa, na Terra Indígena Puyanawa, em Mâncio Lima. Samuel, ou Rakekây, em sua língua, tem nove filhos, quatro netos, e trabalha como professor de língua indígena. Ele contou com orgulho o privilégio de ter vivido o momento que considera histórico.

“O sentimento é de gratidão por conta que nossos ancestrais não tiveram esse privilégio. Eles foram proibidos de usar a língua e usar a etnia no nome. Nós temos esse privilégio de usar o nome da nossa etnia sendo registrado em nossos documentos. É uma coi-



Um avanço recente foi o Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça, que permite a alteração, de maneira rápida e sem burocracia, do primeiro nome para o idioma indígena nos documentos

sa muito importante para nós. Nós, o povo Puyanawa, temos que nos orgulhar disso. Quero agradecer a cada uma das instituições aqui presentes. Todo povo indígena tem um nome indígena e esse nome indígena tem que ser valorizado e respeitado. Acrescentar etnia na documentação é existir de fato e de direito”, finalizou.

Indígenas e ribeirinhos

Os serviços são levados às escolas, comunidades, sede das aldeias e ainda alcançam as famílias ribeirinhas que habitam as regiões. Em 2022, a equipe percorreu estrada, viajou de barco para chegar até a Escola Chico Mendes, na Comunidade Espírito Santo, e durante dois dias de novembro, 10 e 11, emitiu documentos, prestando serviços jurídicos, médicos, odontológicos e distribuindo cestas básicas.

Nesse atendimento, Nefson Garcia da Silva e Jaila Cardina Nunes, casados, souberam da atividade através do rádio e foram em busca de consulta médica, vacina dos filhos e regularização de documentos. Jaila não escondia

a animação em poder aproveitar a oportunidade: “Soubemos pelo rádio. Aproveitamos a chance porque meu marido só tem o registro de nascimento, e não tinha os outros documentos. Se não tivesse uma ação com essa, ia demorar um bom bocado pra gente resolver isso, pois até chegar na cidade demora quase um dia de viagem, fora as taxas. Acho muito importante uma atividade assim, é uma sorte nossa, porque ir até a cidade tem gasto pra ir e pra voltar e vindo até a comunidade está bem mais perto. Isso facilita muito. Agradeço muito demais, meu Deus do céu!”.

Não é apenas em edições realizadas nas aldeias que a população indígena é atendida. Nas cidades isoladas do interior do Acre, como no Jordão, indígenas conseguem acessar esse direito básico, que é tirar Certidão de Nascimento, CPF e RG. Em 2024, ali, em pleno século XXI, três gerações de mulheres indígenas da mesma família tiveram pela primeira vez a Certidão de Nascimento: a mãe, Maria Salomé Sales, de 54 anos, do povo Huni Kuin, sete filhas e filhos e dois netos.

A família morou a vida toda na Aldeia Belo Monte e, por mais que os cunhados e maridos das filhas tenham seus documentos, elas ainda não tinham vindo à cidade para emitir suas Certidões. Mas, após uma audiência longa, para ser possível entender toda a árvore genealógica da família e porque Maria Salomé, suas filhas e os bebês não falavam português, eles conseguiram ter os documentos. Ao ser informada que deu tudo certo, Maria Salomé, emocionada, abraçou a agente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Ruama Santos, que junto com o cacique Elias Paulino da Aldeia Belo Monte, 56 anos, auxiliaram eles com a tradução de tudo que era dito na audiência.

É direito e cumprimento da Lei

A retificação foi demanda das comunidades, como o caso da Aldeia Nova Morada, em Feijó. O TJAC atendeu-os em novembro de 2018 e em agosto de 2022, na primeira ocasião foram 150 indígenas que acrescentaram as etnias em seus registros.

Outra solicitação foi do povo Huni Kuin, em Tarauacá. Um dos caciques e pajé do grupo,

Amê Huni Kuin, desceu o Rio Humaitá, depois uma parte do Rio Muru, até chegar ao Seringal Paraíso, em 2023, para ser atendido e, no meio da edição em que se casou com Rani Huni Kuin, pediu que sua aldeia recebesse o Projeto Cidadão. Em 2025 ele foi atendido, os serviços foram levados até a Aldeia São Vicente. O lugar é tão dentro da Floresta Amazônica, que esse grupo indígena tem uma equipe preparada para o caso dos povos isolados - indígenas que não tiveram contato com homem branco - atacarem de surpresa a comunidade.

Além do direito da população indígena à sua identidade, reconhecido pela Constituição Federal do Brasil, a retificação dos documentos é determinação da Resolução n.º 454 de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do acesso ao Judiciário aos povos originários. Atentos às reivindicações desses povos por esse reconhecimento, o TJAC foi vanguarda com as edições do Projeto Cidadão voltadas aos indígenas.

O texto da Resolução do CNJ é regido pelos princípios da autoidentificação dos po-



Isaka Rua Bake, professor. Atendimento na Aldeia do Cauchó em 2022

vos, do diálogo interétnico e intercultural, da territorialidade indígena, do reconhecimento da organização social e das formas próprias de cada povo indígena para resolução de conflitos, da vedação da aplicação do regime tutelar e, principalmente, da autodeterminação dos povos indígenas, especialmente dos povos em isolamento voluntário.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça do Acre, mais do que uma atmosfera de sentenças e leis, ergue-se como instituição parceira que luta para a diminuição das desigualdades. Seus corredores não abrigam apenas processos e disposições legais, mas também a esperança de que a justiça alcance os locais mais remotos, transformando vidas com gestos de acolhimento.

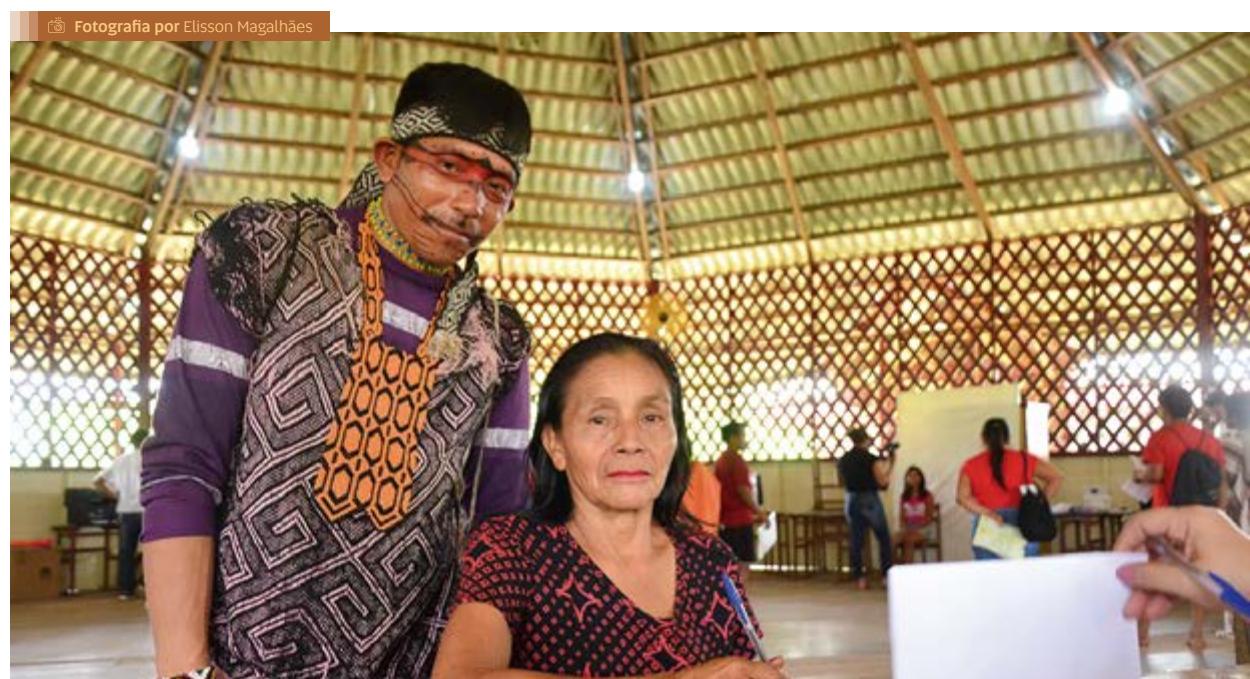
É preciso continuar

É inconcebível e inaceitável que um cidadão não acesse direitos básicos por falta de condi-

ções de ir (o direito de ir e vir igualmente violado) até os locais destinados a esse fim. Em novembro de 2018, na Aldeia Nova Morada, em Feijó, Maria Huni Kuin, 54 anos, moradora da Aldeia Formosa, acompanhada do filho Francisco Paulino Huni Kuin, encarou cinco dias de viagem para chegar ao local de atendimento. “Consegui tirar minha carteira de identidade, pois vai ajudar a dar entrada na aposentadoria. Estou muito contente”, disse.

Tiririca Wunawa Kulina, 33 anos, morador na aldeia Jaminawa, fez 12 horas de viagem para ser atendido na edição de 2018. Ao ser perguntado se estava gostando de o Projeto Cidadão ir até a aldeia, com timidez e dificuldade em se comunicar na língua portuguesa, disse apenas: “Gostando”. Sorrindo, não escondia a satisfação ao mostrar a fotografia 3×4, que usaria no documento RG. Ambos acessaram direitos por meio dos atendimentos do Projeto Cidadão.

Essas histórias representam a preservação cultural dos povos originários e o rompi-



Maria Huni Kuin viajou por cinco dias para retirar os documentos



Retificar documentos é mais que uma simples correção, é uma reparação histórica

mento de padrões históricos e institucionalizados de preconceitos raciais contra essas cidadãs e cidadãos. Desde que nasceu, o Projeto Cidadão emite documentação nessas comunidades isoladas, mas a política de resgate da identidade com etnias foi oficializada há poucos anos, em 2021. Mais recente foi emitido o Provimento n.º 2 de 2025 da Corregedoria-Geral da Justiça do Acre (Coger), para pessoas autodeclaradas indígenas poderem alterar seu prenome, o primeiro nome no idioma indígena, nos documentos pessoais, sem maiores complicações diretamente nos cartórios.

A norma foi baseada na Resolução Conjunta n.º 12/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Com o Provimento, foi agilizada a alteração do primeiro nome, a inserção das etnias e correções nos documentos de pessoas autodeclaradas indígenas. É um trabalho que gera orgulho e é levado como marca in-

clusiva do Judiciário. Mas, é um serviço que precisa continuar avançando.

Nesse pulsar silencioso, oferecer as condições de acesso à documentação básica equivale a legitimar o existir dos povos originários. A partir do momento em que se imprime no documento o verdadeiro nome e etnia de um indígena, sua existência se “concretiza”, ele torna-se visível. Assim, o documento de identificação corresponde a um passaporte de acesso à estrada dos direitos e deveres.

Ao promover ações que fortalecem as etnias dos povos indígenas, o Tribunal de Justiça revela um lado que não apenas julga, mas comprova que justiça não é apenas sentença, mas presença transformadora, que humaniza e que constrói, no meio da floresta, o chão firme da cidadania para todas e todos. E assim, por meio de cada registro civil, cada acesso à saúde, à justiça e à dignidade, o Acre testemunha um movimento que não cessa: o de incluir sem apagar, de acolher sem impor.

 Fotografia por Elisson Magalhães



Histórias de amor e direitos fazem parte da trajetória do casamento coletivo do Projeto Cidadão

“Sim, eu aceito!”

Há 30 anos, milhares de casais acreanos formalizam a união e garantem direitos no casamento coletivo

Raimunda da Silva e Raimundo Melo compartilhavam o sonho de oficializar a união, mas não o realizavam devido à falta de recursos para arcar com as taxas do casamento. Somente em 2017, o desejo do casal se concretizou, ao saberem de uma iniciativa promovida pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), que oferece o serviço de forma gratuita: o casamento coletivo.

Prontamente, reuniram a documentação necessária e enfrentaram uma longa jornada para dizer o tão esperado “sim”. Eles viajaram por três horas de barco desde o Seringal Bom Destino até o município de Porto Acre e, de lá, seguiram de ônibus até a Escola Edmundo Pinto de Almeida Neto, local da cerimônia. A persistência valeu a pena. Em poucos minutos, saíram da celebração unidos perante a lei.

“Um dia fui a Porto Acre e fiquei sabendo do Casamento Coletivo. Cheguei em casa e perguntei se ela queria casar de verdade agora. Ela aceitou,

e começamos a procurar os documentos e demos entrada. Estamos muito felizes em poder oficializar essa união. Ela é uma boa pessoa para mim e merece ser reconhecida [como minha esposa]”, concluiu Raimundo.

Essa e outras milhares de histórias representam casais que, ao longo dos anos, aguardaram a oportunidade de oficializar suas relações e conseguiram por meio do casamento coletivo. É o caso de Maria Ausete Alves Bezerra e Francisco Batista de Souza. Eles se conheceram ainda jovens e, ao longo de 40 anos, enfrentaram juntos os desafios da vida. Contudo, devido às circunstâncias, não conseguiram formalizar a união.

A espera do casal finalmente terminou em setembro de 2023, quando eles selaram o compromisso em uma das edições do casamento coletivo em Cruzeiro do Sul, interior do Acre. “Sentimos como se estivéssemos finalmente completando um ciclo em nossas vidas. Esperamos tanto tempo

por esse momento e, agora, estamos muito felizes em poder dizer que somos oficialmente casados”, afirmou Maria Ausete.

Outra jornada de perseverança foi vivida por Sebastião da Costa Ferreira e Aldemira Pessoa da Silva, que encontraram o amor após anos solteiros — ele foi casado por 40 anos e estava divorciado havia oito; ela, casada por 23 anos e divorciada há 25. Os dois se conheceram por meio da irmã de Aldemira e, pouco tempo depois, começaram um relacionamento. Em poucos meses, passaram a morar juntos e, com o tempo, decidiram que era hora de oficializar a união.

Em 2019, tentaram realizar o casamento no cartório de Xapuri, mas um problema no processo os obrigou a adiar a cerimônia. Durante a espera, souberam da iniciativa do Tribunal de Justiça e que ela ocorreria na cidade. Decidiram participar. “Estou muito feliz e emocionada”, disse a mulher. Já Sebastião compartilhou a surpresa de ter reen-

Fotografia por Elisson Magalhães



Maria e Francisco depois de 40 anos de união, casaram-se em 2023

contrado o amor: “Não imaginava mais viver um amor na minha vida. Mas encontrei a Alde-mira e estou muito feliz junto dela.”

Milhares de “sim”

Criado em 1995, durante a gestão do desembargador Jersey Pacheco, juntamente com o Projeto Cidadão, o casamento coletivo teve início com ações mais simples, limitadas à realização dos trâmites cartoriais. Foi a partir de 1997, na administração do desembargador Gercino da Silva Filho, que a iniciativa passou a incluir as habilitações e as cerimônias. Desde então, já formalizou uniões em todos os municípios acreanos, sempre com o objetivo de oferecer aos casais um momento especial.

Para se ter ideia da dimensão da iniciativa, entre 1995 e 2020 foram registradas 51.533 uniões

apenas por meio do casamento coletivo. A ação se consolidou como um marco na democratização do acesso ao matrimônio no Acre, especialmente entre pessoas que vivem em comunidades de difícil acesso e não possuem condições financeiras para arcar com os custos de um casamento.

Atualmente, a iniciativa segue unindo milhares de casais. A atual gestão, do desembargador Laudivon Nogueira, considera esse serviço de extrema importância à população, por isso se empenha para que todos tenham acesso de forma rápida, desburocratizada e gratuita. De acordo com o magistrado, “O Tribunal de Justiça atua para que todos tenham acesso a este ato tão significativo, sem barreiras ou distinções. É a Justiça chegando mais perto das pessoas para concretizar sonhos, fortalecer vínculos e transformar vidas”.

Direitos assegurados

Mais do que uma simples celebração simbólica, o casamento coletivo proporciona a regularização do matrimônio civil e assegura às famílias o reconhecimento jurídico da união. Isso garante uma série de direitos. Os casais passam a contar com mais segurança jurídica em diversas áreas da vida.

Entre os principais direitos estabelecidos estão: o direito à herança em caso de falecimento do cônjuge; o acesso à pensão e aposentadoria, vinculadas ao reconhecimento legal do matrimônio; além da facilidade na partilha de bens e a proteção dos filhos. Com isso, amplia-se o acesso a políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e previdência.

Amor para todos

Desde 2013, a Justiça do Acre assegura em suas ações do casamento coletivo o direito à

união civil de casais LGBTQIAPN+, conforme decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceram a constitucionalidade do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo.

Em julho de 2025, em Xapuri, Eulanda Maria Moreira e Uirla Lima dos Santos, juntas há seis anos, puderam formalizar sua união. Elas enfrentaram preconceito e discriminação para viver seu amor livremente. Da mesma forma, Natalícia Raulino e Evetlana Pereira, que também tiveram a oportunidade de casar-se, sem qualquer burocracia ou custos, em julho de 2023, em Rio Branco.

Além de casais homoafetivos, o TJAC busca promover o acesso ao casamento e à documentação para outros grupos em situação de vulnerabilidade, como indígenas, pessoas em situação de rua e reeducandos. Dessa forma, milhares já puderam dizer “sim, eu aceito!” nas cerimônias do casamento coletivo.



Eulanda e Uirla casaram-se em julho de 2025, em Xapuri



Hudson Nunes, representante do Movimento Acreano das Pessoas em Situação de Rua (Marsi), com título de eleitor em mãos

Onde há exclusão, o Projeto Cidadão escolhe **acolher para transformar**

Em 2025, o Brasil possui mais de 335 mil pessoas em situação de rua, segundo dados do Cadastro Único

Andarilhos e guardadores de carros compõem os rótulos mais comuns de trabalhadores precarizados e invisíveis sociais. Isto se soma à falta de uma habitação convencional regular, que os leva a dormirem em praças, calçadas, prédios abandonados e até mesmo ao relento – concretizando a mazela em um título: pessoas em situação de rua.

No entanto, a condição financeira não deve ser atribuíto para exclusão e restrição da cidadania. Isto posto, o Tribunal de Justiça do Acre decidiu voltar sua atenção para essas pessoas que acumulam múltiplas vulnerabilidades, e o Projeto Cidadão

foi mais uma vez um instrumento de inclusão, por meio de uma edição especial. Em março de 2022, juntamente com o TRE e o Centro POP, foi disponibilizado atendimento para as pessoas em situação de rua, com o objetivo específico de emitir e regularizar títulos de eleitores.

Toda a população tinha até maio para regularizar a documentação para votar nas eleições gerais. A atividade inédita foi sediada no Fórum Barão de Rio Branco, que além de estar situado no centro da capital acreana (área em que há maior concentração de pessoas em situação de rua), também era uma localização próxima ao Centro POP (antigas instalações), o

qual colaborou na mobilização daqueles que buscavam diariamente assistência. Naquele ano, havia em média 300 pessoas cadastradas na entidade.

Não que em outras atividades do Projeto Cidadão não tenha ocorrido de pessoas em situação de rua serem atendidas, mas, dessa vez, eles eram o público-alvo. Como é o caso de Hudson Nunes, representante do Movimento Acreano das Pessoas em Situação de Rua (Mapsi), que já estava com o novo título em mãos. Ele contou que saiu de casa há mais de 20 anos e se sustenta vendendo esculturas de balões para as famílias que estão em restaurantes e praças públicas.



Emitir documentos é uma maneira de incluir pessoas em situação de rua

Documentação possibilita acesso a serviços essenciais

Com o sucesso da ideia embrionária, logo a continuidade de ações institucionais ocorreu poucos meses depois. No início de junho de 2022, novamente a magnitude e a exper-

tise do Projeto Cidadão foram alicerce para a ação que agora passou a ser denominada “Acolher para Transformar”, na qual foram realizados 984 atendimentos.

Kelson Lustosa tirou sua carteira de trabalho. “Amanhã eu vou pro centro de recupera-



Edições especiais voltadas à população em situação de rua de rua iniciaram em março de 2022



ção e quero mudar minha vida. Nós somos lixo, né? Então, quero mudar minha história”, resumiu sua missão.

Suas palavras manifestaram também a repugnância e a apatia de que era vítima. Mas, como o nome da ação sugere, é preciso “acolher para transformar”. O preconceito, estígmas e a marginalização foram recepcionados em acolhimento e esperança.

Impactando a realidade local

Ao intervir na realidade local, a função social da instituição pode gerar um impacto positivo ainda maior. A então coordenadora do Projeto Cidadão, desembargadora Eva Evangelista, liderou a tessitura de uma rede colaborativa. Assim, a edição 2023 teve o viés atualizado: Projeto Mulher Cidadã – Para todas as mulheres. Nesta, foi acrescido aos atendimentos o bazar solidário, por meio do qual as participantes receberam, sem cus-

to, roupas e sapatos que escolhessem, bem como kits de higiene.

No ano de 2024, o Projeto Cidadão Acolher para Transformar ocorreu em agosto, em alusão ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Novamente, o centro da cidade foi mobilizado e a Rua Benjamin Constant foi ocupada por tendas, ônibus, micro-ônibus, cadeiras e faixas, que junto ao Fórum Barão de Rio Branco e o Centro POP sediaram mais uma edição.

Em 2024, foi registrado o crescimento da população em situação de rua de Rio Branco: havia 412 cadastrados no Centro POP. Em 2025, há 657 pessoas cadastradas. Portanto, os números crescentes chamam atenção sobre as condições locais de desenvolvimento e da necessidade de dar continuidade ao Projeto Cidadão, pois é preciso acolher para transformar – ter empatia e eficácia na validação dos direitos humanos e cidadania.



Cada documento emitido representa o rompimento de preconceitos e estígmas, simbolizando acolhimento

 Fotografia por Elisson Magalhães



Levar emissão de documentos para dentro
do sistema prisional é reconhecer o direito de todas e todos

Uma nova identidade para uma nova vida

A expedição de documentos para a população carcerária promove justiça social

Uma das marcas do Projeto Cidadão é o fato de ser um trabalho itinerante. O fato de ir para próximo das pessoas e estar presente em locais de difícil acesso, é o que faz as equipes do TJAC se deslocarem aos municípios mais distantes, aldeias, vilas e comunidades ribeirinhas. No entanto, um local menos óbvio tangenciado pela vulnerabilidade é a territorialidade do sistema prisional. Um espaço que reflete as desigualdades sociais do país.

A falta dos documentos foi notabilizada pelo Poder Judiciário, principalmente nas audiências de custódia. Soma-se a isso, os relatos da autarquia penitenciária sobre as dificuldades logísticas que envolvem a escolta de reeducandos para a realização de serviços externos. Deste modo, em janeiro de 2023, foi realizado o primeiro Projeto Cidadão na penitenciária feminina de Rio Branco.

Pensando na foto 3×4, uma das reeducandas contou que lavou o cabelo e passou o batom só para esse momento. “Depois que eu vim presa, não tenho mais nenhum tipo de documentação. Já estou aqui há cinco anos e deixei de receber benefícios, porque não tinha documento. Agora vou poder fazer as atividades para a remição da minha pena, estudar e tudo isso vai ser muito bom”, disse a apenada.

Contudo, antecedeu essa etapa de materialização da política pública a aprovação de três projetos sociais em editais de penas pecuniárias da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas de Rio Branco (VEPMA), a qual destinou R\$ 113 mil para a oferta de documentação ao sistema penal. O público alcançado foi cerca de 600 pessoas, entre egressos, pessoas do regime semiaberto e do regime fechado.

A iniciativa respondeu a uma problemática na qual a

falta de documentos impedia o avanço na ressocialização, justamente porque a documentação compõe os requisitos mínimos para acessar outros direitos, como programas de saúde, educação e renda. A ausência do RG era um obstáculo que perpetuava exclusões.

A expansão para o sistema socioeducativo ocorreu enquanto edição especial do Projeto Cidadão “Acolher para Transformar”, definindo mais um avanço na erradicação do sub-registro civil.

“Se eu quiser um emprego e tal... e precisar dos documentos já vou estar com tudo na ativa”, respondeu prontamente um jovem que estava tirando a 2ª via do Registro Geral (RG), no Centro Socioeducativo Aquiri.

Direito ao futuro

Já em 2024, o Projeto Cidadão associou-se à campanha nacional do Registre-se, uma

das frentes de trabalho do programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O cronograma incluiu os estabelecimentos penais de Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

O primeiro reeducando a registrar suas digitais para obter a segunda via do seu RG tem 48 anos de idade e está contando os dias para recomeçar sua vida. O seu primeiro plano é se casar: “Não quero perder tempo! Quero



Unidades prisionais da capital e interior e também Centros Socioeducativos receberam as equipes, com a emissão de documentos



O programa Registre-se, do Conselho Nacional de Justiça, soma esforços ao Projeto Cidadão para garantir acesso à Justiça e a documentos básicos

dar continuidade à vida lá fora! Vou me casar com a mulher com quem já tenho dois filhos e preciso do documento para poder ter minha Certidão de Casamento", contou o reeducando da Unidade Penitenciária Antônio Sérgio Silveira de Lima.

Atendido na Unidade Penitenciária Moacir Prado, em Tarauacá, o reeducando relatou que havia perdido os documentos durante a ala-gação. "Gostei muito dessa iniciativa, pois me deram essa oportunidade de ter meus documentos. Quando a gente sai, a grande maioria da sociedade não acredita na ressocialização, então além do preconceito, a gente tem dificuldade de conseguir um trabalho, ainda mais quando não temos a documentação", disse.

Sobre esse cenário, o livro *Diário de um Detento*, de Jocenir Prado, conta de forma visceral episódios passados no sistema prisional. Ele define: "um homem sem nome é um homem sem destino". Assim, dedica páginas à compreensão do apagamento da existência,

em que a população carcerária acaba reduzida a pessoas sem voz e sem rosto. Portanto, a expedição de documentos é ainda um ato de reparação, por meio do qual são devolvidas possibilidades de destinos.

Mais do que papéis, o documento simboliza o primeiro degrau do recomeço, do resgate da dignidade e a possibilidade de reconstruir trajetórias rompidas. Quando o Projeto Cidadão estendeu sua presença até o sistema prisional, foram fortalecidos os princípios constitucionais de igualdade e cidadania.

Segundo dados da Coordenadoria de Programas Sociais do TJAC, no primeiro semestre de 2025, foram entregues 76 documentos na unidade feminina de regime fechado do Complexo Penitenciário Francisco d'Oliveira Conde, e 184 na unidade masculina de Rio Branco. Além desses, foram entregues também 16 na unidade feminina da Penitenciária Moacir Prado, de Tarauacá, e 80 na Unidade Penitenciária Manoel Neri da Silva, de Cruzeiro do Sul.

 **Fotografia > Acervo TJAC**



Atoleiros, barcos encalhados pelas secas dos rios e longos dias na estrada são alguns dos desafios e aventuras vivenciados pelas equipes, ontem e hoje, para levar o Projeto Cidadão a todos os lugares do Acre

Doação que constrói pontes

Do barco encalhado no rio seco, helicóptero e ramal com muita lama, os caminhos e as mãos que fazem o Projeto Cidadão

Depois de um dia nublado, com pé-d'água desaguando do céu, seguindo por uma garoa fininha, o sol se recolhia e o batelão ancorava às margens do Rio Muru, em Tarauacá, no barranco em frente à fazenda do seu Ezi Aragão. A embarcação grande e de fundo chato levava umas 25 pessoas, entre servidoras, servidores, assessoras e assessores de diversos órgãos públicos, para os atendimentos que seriam realizados no Seringal Paraíso, de 19 a 20 de abril de 2023. A viagem levou dois dias e uma noite. Pernoitamos em uma casa amarela de dois andares, no topo do barranco. A argila do barranco que escalamos para chegar até a sede da fazenda estava fofa, devido ao dia chuvoso. Eu, marinheira de primeira viagem, levei um monte de bagagem. Carregada de bolsas, quase despen-

cava e saía rolando barranco abaixo, se não fosse a ajuda de dois parceiros de trabalho que literalmente me empurraram para cima.

Parceria é a palavra-chave para o sucesso e a existência do Projeto Cidadão, seja para evitar despencar do barranco, seja para que a ação social aconteça. A logística para chegar às comunidades, aldeias e localidades isoladas do estado são grandes operações e o leque de serviços também: orientação jurídica com Defensoria, Ministério Público e Judiciário, emissão de documentos (especialmente: CPF, RG, Certidão de Nascimento, Título de Eleitor), serviços na área de saúde, assistência social, casamentos coletivos, cartórios, regularizações fundiárias, algumas edições com atividades culturais e outros atendimentos disponibilizados pelos parceiros. O Tribu-

nal de Justiça do Acre (TJAC) coordena a atividade, mas não a realiza sozinho.

E o segredo?

“O segredo de tanto sucesso é o Projeto Cidadão não ter dono”, dizia o atual coordenador da ação humanitária, desembargador Samoel Evangelista, vice-presidente do TJAC, em 2004, depois presidente entre 2005 e 2007. Recentemente, em agosto de 2025, durante sessão de homenagem pelos 30 anos do programa na Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC), ele reafirmou publicamente isso: “o Projeto Cidadão não tem um dono, é coordenado pelo Tribunal de Justiça, mas é fruto da solidariedade de cidadãos que não se conformam com a falta de acesso a direitos básicos. Além de não ter dono, o Projeto Cidadão não se faz sozinho, é fruto de

 Fotografia por Ana Paula Batalha



Equipe anda no meio do Rio Iaco, em Sena Madureira, puxando o barco que encalhava nos bancos de areia

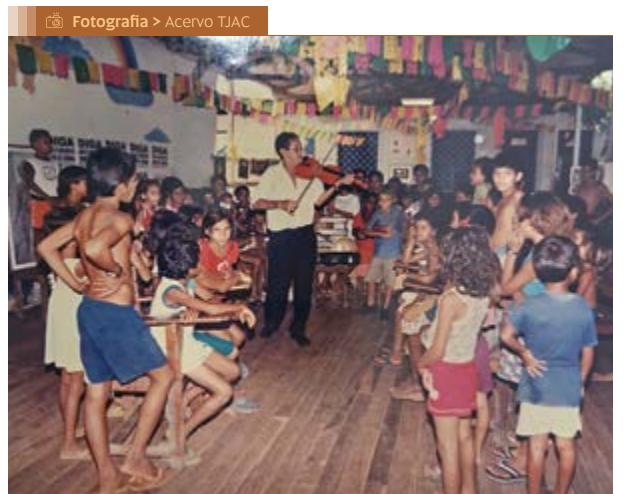
muitas parcerias. É longa a lista de parceiros e todos merecem nosso agradecimento”.

No mesmo ato, o desembargador aposentado Arquilau de Castro Melo, um dos idealizadores desse mutirão de serviços itinerantes, concordou com o colega de profissão: “Eu não fiz muita coisa, só estimulei. O Projeto Cidadão não nasceu feito. Foi sendo montado ao longo desses anos, se inovando. São muitos parceiros, fomos juntando gente, instituições para formarmos esse milagre que é o Projeto Cidadão. Nós não temos cargos, não temos legislação do Projeto Cidadão. Cada instituição junta seu pessoal, a rigor não temos estrutura estabelecida. O Tribunal de Justiça não é dono, são todas as instituições que são Projeto Cidadão”.

40, 50 e 77 parceiros já se envolveram com o Projeto Cidadão. O Instituto de Identificação Raimundo Hermínio de Melo da Polícia Civil acreana, a Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE-AC), Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AC), Estado do Acre, cartórios extrajudi-

ciais, prefeituras dos 22 municípios que receberam e recebem as edições, Justiça Federal, poderes legislativos das cidades e do Estado, órgãos públicos, secretarias das três esferas e níveis, estaduais, municipais e federais foram e permanecem trabalhando junto ao Judiciário do Acre para concretizar essa entrega de direitos e cidadania.

A lista de apoiadores, parceiras e parceiros é grande e sempre cabe mais. Há empresas privadas, entidades, associações e organizações de diversas denominações religiosas que ajudam a concretizar as atividades. Nos atendimentos realizados nos primeiros anos, uma rede de supermercado doava os bolos, e uma marca de refrigerantes fornecia água e bebidas para as trabalhadoras e trabalhadores. Muita gente envolvida e trabalhando para garantir direitos às pessoas que não têm condições de se deslocar até os centros urbanos. Até o artista autodidata Hélio Melo tocou sua rabeca para crianças em uma das edições realizadas em 1997, no Bairro Taquari.



Hélio Melo tocando a rabeca em 1997 na edição do Projeto Cidadão no Bairro Taquari

Onde o vento faz a curva

O serviço começa antes com planejamento, articulação e reuniões. A equipe gestora do programa senta-se à mesa com parceiras e parceiros, expõe o cronograma, o que poderá disponibilizar, escuta as necessidades e vai elaborando formas de viabilizar toda a estrutura e logística de deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem, equipamentos, suporte técnico e humano para que tudo possa acontecer nos conformes.

São cidades isoladas, acessadas apenas por via fluvial ou aérea, são bairros periféricos, assentamentos, Reservas Extrativistas, abrigos temporários para pessoas desabrigadas pelas cheias dos rios, aldeias, Terras Indígenas, escolas, lugares afastados e locais “onde o vento faz a curva” que são atendidos. Afinal, promover justiça e dignidade na região Norte requer chegar aonde as pessoas estão.

Para chegar a esses lugares é preciso recursos humanos e financeiros. Por isso, o TJAC já recebeu apoio de convênios federais, emendas parlamentares, captou recursos em editais e com instituições financeiras para realizar a atividade, que não pode impactar o orçamento anual do Judiciário, focado na prestação dos serviços jurisdicionais nas comarcas.

Barcos encalhados, lama e estradas esburacadas

Carros atolados, milhares de quilômetros de estrada esburacada, ramais, pontes feitas de uma ripa são algumas dificuldades rotineiras enfrentadas ao longo desses 30 anos. A logística para realizar uma ação dessas proporções na Amazônia considera as estações do ano: o período de cheias e vazantes dos rios, que acon-



Equipe do Ciopaer auxilia no transporte das equipes até a Aldeia Isá Vakevu, na Terra Indígena Nukini



Egnaldo Arruda há 20 anos trabalhando e amando servir no Projeto Cidadão

tecem no inverno amazônico (período chuvoso de dezembro até final de abril) e no verão amazônico (com seca entre junho e setembro).

Em outubro de 2024, as servidoras e servidores estavam subindo de barco o Rio Iaco no território de Sena Madureira para chegar à Aldeia Jatobá, na Terra Indígena Mamoadate. Os 40 quilômetros, que em época de chuvas intensas são percorridos em duas horas de barco pequeno, foram cumpridos em cinco horas, pois o rio estava seco e trechos foram feitos a pé, empurrando as embarcações.

A edição realizada na Aldeia Isã Vakevu, na Terra Indígena Nukini, às margens do Rio Môa, em Mâncio Lima, em julho de 2024, precisou de apoio com helicópteros, pois os rios estavam secos. O Estado e o Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer-AC) fizeram o transporte das equipes. Se fosse de barco, não teria previsão exata de dias necessários para chegar até o lugar, por conta da estiagem, dos bancos de areia e trechos que ficam obstruídos pelas árvores tombadas no leito do rio.

Criatividade e resiliência são as soluções desses desafios, que (vira e mexe) acontecem dentro das edições. O próprio desembargador Samoel Evangelista contou que, uma vez, no Projeto Cidadão na Foz do Breu, dormiu em cima do motor do barco para a fumaça expelida na queima do combustível espantar os carapanás: uma adaptação um tanto inusitada para resolver o incômodo dos mosquitos.

Gostar de gente

A ex-coordenadora do programa, a desembargadora aposentada Eva Evangelista, costumava dizer que “para fazer Projeto Cidadão é preciso gostar de gente”. Gostar de gente para atender bem, respeitar, se despir de preconceitos e enfrentar o que aparecer de inesperado, para promover essa forma de entrega de justiça e cidadania.

Não é fácil lidar com uma multidão de gente ansiosa na porta da escola, querendo acessar o serviço. É preciso postura e tato para informar a alguém que enfrentou horas de viagem de

barco e de pé para chegar até o lugar de atendimento, que não vai conseguir o documento ou resolver a demanda da forma que desejava.

Tem que ter iniciativa, engajamento e pensar no bem comum para largar seu posto de serviço por uns momentos e ir limpar uma sala de atendimento onde uma criança vomitou ou fez xixi no chão. É necessário, acima de tudo, ser solidário e querer ajudar o próximo para resolver uma situação de quem chegou no portão quando todos os equipamentos estavam sendo guardados, para encerrar o dia de expediente.

Da edição sobre a qual contei a história no início, quando quase caí barranco abaixo, até hoje, há 10 anos fazendo jornalismo no TJAC, sempre vi servidoras e servidores reabrirem caixas, ligarem computadores e tentarem atender. Algumas vezes, até eu parava meu serviço de cobertura jornalística, para ir fazer os retratos para os RGs, porque o fotógrafo contratado não aparecia, ou já tinha finalizado o dia e tinham chegado umas 20 pessoas precisando dos documentos.

O servidor Egnaldo Arruda é exemplo de disposição em resolver e desburocratizar os serviços. Ele acompanha o Projeto Cidadão desde sua posse como motorista, em 2005. O primeiro contato com os atendimentos foi levando um servidor para fazer as habilitações dos casais na Expoacre e, por lá, foi ajudando a organizar a fila, as cadeiras... Depois, ainda em 2005, foi designado para participar da Caravana da Cidadania, que levou os serviços para as cidades às margens da BR 364, que estava sendo asfaltada.

O servidor revelou sua preferência pelo casamento coletivo, “quando toca a música do beijo, eu me arrepio todo”. Para ele, “Projeto Cidadão não é ter coisa boa, é dormir onde você vai atender, puxar a mesa e pendurar a rede, depois sobe a rede e organiza a mesa para atender. Projeto Cidadão é imprevisto, parceiro reclamando, gente cobrando, almo-

ço atrasado. É aventura e dificuldades. Mas, é bom, porque no fundo Projeto Cidadão é ter vontade de atender pessoas. Eu amo. Projeto Cidadão para mim está quase correndo no sangue, me dedico ao máximo”.

Lógico, há pessoas que não são para esse tipo de tarefa. Mas, como o desembargador Arquilau de Castro Melo fala: um grande aprendizado do Projeto Cidadão é humanizar juízes, juízas, servidores e servidoras: “O Projeto Cidadão melhorou nossos juízes, melhorou nossos servidores, na medida em que saímos de dentro dos gabinetes e fomos viver e conviver com os jurisdicionados”.

Essas doações constroem pontes, aproximando o Judiciário das pessoas e marcam a vida de quem recebe e de quem trabalha, como revelou a servidora aposentada Aparecida Mendes. Ela trabalhou na primeira edição do Projeto Cidadão e seguiu até se aposentar. Lotada no cartório de registro civil, quando esses serviços ainda não tinham se tornado concessões públicas, Aparecida lembra com carinho da ação social, onde nos atendimentos datilografava certidões de casamento e documentos. A servidora diz que os serviços começaram na época das máquinas de escrever: os funcionários carregavam caixas e caixas de papéis, formulários, usavam o próprio carro para ir até as pessoas, ficavam até às dez horas da noite.

“Das ações sociais que eu conheço, essa é a melhor, porque começou com poucos serviços, com registro civil, carteira de identidade, Título de Eleitor e foi se expandindo e chegou onde está hoje. Eu amava demais, porque foi um desenvolvimento pessoal e profissional, porque não estávamos lá só para atender, mas para aprender. A gente queria estar presente no Projeto Cidadão. Era uma satisfação pessoal. Eu levo para o resto da minha vida. Estou surpresa de ser chamada, de saber que alguém lembrou que eu fiz um bom serviço junto ao Projeto Cidadão, isso é bom, muito bom”, comentou a servidora.

Textos por Emanuelli Falqueto e Miriane Teles

CAUSOS E FATOS

Curiosidades, causos e fatos estranhos, alguns perigosos, engraçados e inusitados que marcam esses 30 anos de trajetória

As histórias do Projeto Cidadão estão em cada uma das mais de 1,6 milhão de pessoas que tiveram a vida impactada pelos atendimentos, em cada integrante das diversas equipes que trabalham manhã, tarde e noite. Basta perguntar, pelo Acre: “Você conhece o Projeto Cidadão do Tribunal de Justiça?”, e logo alguém vai falar algo ou indicar com quem você pode con-

versar. Isso mostra que acreano só sossega depois de te ajudar, porque tem nas veias o acolhimento e a vontade de resolver. Mostra também que a ação é conhecida no estado.

Ao longo desses 30 anos muita água rolou debaixo da ponte do projeto, e muita coisa estranha, engraçada, forte e inusitada faz parte dessa trajetória. Há histórias, estórias, fatos e causos que são apresentados agora, com sigilo dos

participantes e mudanças dos detalhes para não comprometer a fonte (ou o fundinho de verdade que foi extrapolado) pela liberdade poético-literária destas escrevedoras.

Para começar, um fato recente que parece ficção, mas, infelizmente, é verdade. Igual a esse, devem ter acontecido vários outros. Trata-se da história do homem que perdeu 20 oportunidades de emprego porque não tinha carteira de identidade.



SEM RG, PERDE 20 OPORTUNIDADES DE EMPREGO

Numa das edições do Projeto Cidadão promovidas em Feijó, distante aproximadamente 345 km da capital Rio Branco, no dia 5 de agosto de 2022, a doméstica Iolanda Melo Dimas estava aguardando o atendimento do filho José Lucélio, 22 anos, ou “Chel”, como a mãe carinhosamente o chama. Ela contou que Chel estava fazendo uma viagem pelo rio de “bajola” (espécie de barco do tipo voadeira de pequeno porte), quando a embarcação virou, o que fez com que ele perdesse todos os documentos.

Após esse acidente, ela conseguiu tirar uma segunda via da Certidão de Nascimento do filho, mas não o RG, pois ele não tinha condições financeiras de arcar com as taxas. ▶

► Iolanda contou que o filho estava desempregado e tinha perdido mais de vinte propostas de emprego, pois todas exigiam a carteira de identidade. Um absurdo. Mas, imaginem a situação de vulnerabilidade de não ter dinheiro para pagar taxas? São empregos, aposentadoria, benefícios previdenciários, atendimento no postinho de saúde, matrícula na escola ou ajuda na Justiça. Sem documentos, a pessoa não acessa quase nenhum serviço ou política pública, apenas a cadeia. Em 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou programa para garantir documentação civil a pessoas

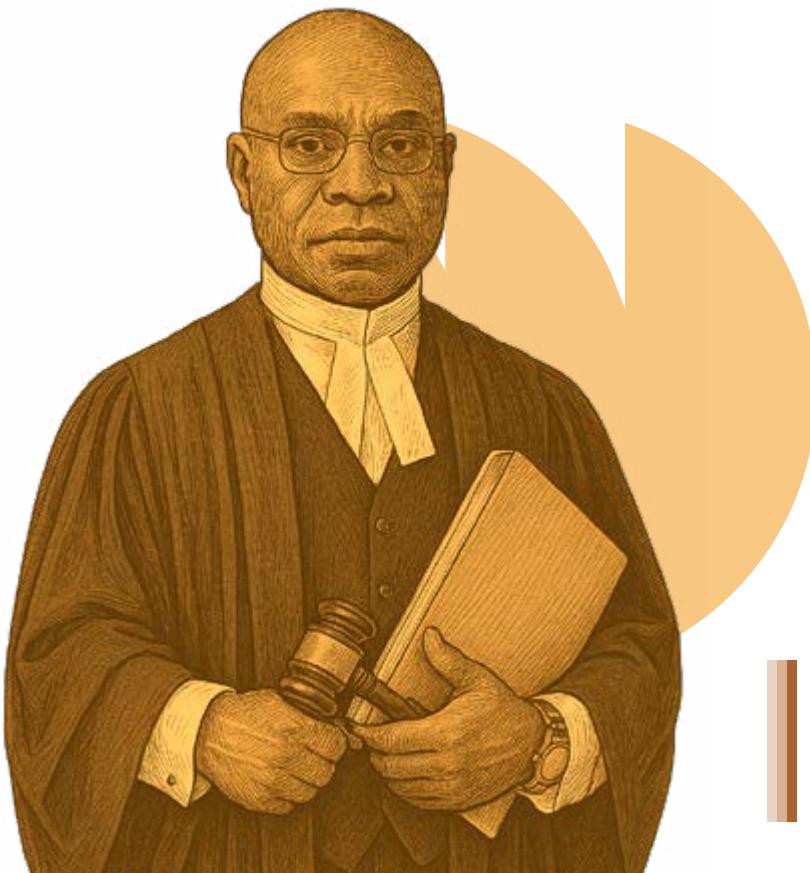
presas, conforme o órgão levantou: cerca de 80% das pessoas privadas de liberdade não tinham documentos. O próprio Projeto Cidadão nasceu para suprir uma demanda: a da falta de registro de nascimento, que impactava na alfabetização, frequência escolar e finalização dos estudos. Inclusive, quem começou essa história, há 30 anos, pensava que, quando a demanda chegassem ao fim, o projeto não seria mais necessário. A longevidade prova o quanto a ação permite que os aparelhos públicos cheguem e efetivem sua função básica. Revela também a realidade de carência do Estado e as desigualdades sociais.



MISS PROJETO CIDADÃO

Mas, voltando aos causos e fatos, os antigos do Projeto Cidadão contam que já houve até motim contra o cozinheiro do batelão. O homem briguento discutiu com a equipe que estava em seu barco. No meio do rio foi expulsando um a um do barco, sobrecarregando a embarcação que seguia viagem junto e teve que acolher os exilados. Até que em uma prainha em que pararam para dormir, a equipe planejou a destituição, organizando o motim contra o cozinheiro. De surpresa, em uma operação conjunta que envolveu nadar até o barco, amarraram o homem e os bombeiros, que estavam em um barco pequeno, o levaram até a cidade, para ficar uns dias "hospedado" na penal. Outro caso, mais próximo do fato (com direito a registro fotográfico), envolve os concursos para as meninas disputarem o título de "Miss Projeto Cidadão". As competições eram realizadas durante as edições nos bairros periféricos da capital. As moças desfilavam, recebiam faixa no peito e premiação. Houve até algumas que se voluntariaram para ajudar nos atendimentos.

Mas, uma boa estória, meio engraçada e surpreendente é a da mulher que queria ter um particular com o juiz. O que ela queria? Você só vai saber lendo o conto que foi acrescentado em alguns pontos...



PARTICULAR COM O JUIZ

“Só saio daqui se tiver um particular com seu juiz”, disse. Ela passou a manhã inteira no portão principal, na entrada da escola. Depois que a fila reduziu, o guarda do portão percebeu que ela não entrava, nem pegava senha de atendimento. Os servidores solícitos queriam resolver: “É documento? Saúde? Quer uma orientação jurídica? Está com fome? Quer água?”

Mas, nada. A única coisa que a senhora queria era ter o particular com o juiz. A equipe, ocupada, tratou de cuidar das suas tarefas, e esqueceu da mulher. O juiz encerrou as audiências e foi para a sala da diretoria, reservada durante aqueles dois dias. Ele tinha que vestir a toga para celebrar o casamento coletivo e recepcionar o desembargador-presidente. A mulher então bateu na porta, pediu licença, e falou: “Doutor, queria conversar com o senhor, posso?”.

Os dois disseram que ela podia entrar, mas ouviram uma negativa: “É só com o doutor juiz da cidade e é um particular”. Meio a contragosto, com receio de

atrasar o casamento, ele aceitou. Mas, havia outro detalhe: a conversa não podia acontecer na frente de ninguém. Intrigado, ele foi para uma sala vazia, para a tal conversa particular.

Então, ela meio nervosa, apertando as mãos sobre a barriga, olhando para baixo, disparou: “Doutor, quer casar comigo?”, e emendou: “O senhor não me vê, mas todo dia fico na porta do Fórum, vejo o senhor chegar. O senhor é tão bonito. No dia que esbarrei no seu ombro, o senhor pediu desculpas, foi tão educado. Não consegui parar de pensar em você. Agora, é a oportunidade da gente ficar junto”.

Depois do susto, o juiz agradeceu, disse que se sentia lisonjeado, mas não sentia nada por ela, nem a conhecia e, completando a resposta, que pensou encerrar a conversa, falou: “eu sou casado”. Só que, obstinada e preparada para ultrapassar os obstáculos, ela retrucou: “Eu não tenho ciúmes”.

Ainda na seara de casamento, há outra história, mas essa sobre o bolo de casamento dos noivos e noivas.



O BOLO DE CASAMENTO

A juíza Olívia Ribeiro trabalhava em Sena Madureira e, nessa cidade, seria realizada a primeira edição do Projeto Cidadão.

O primeiro dia de inscrições para o casamento coletivo foi um sucesso: 298 casais! Então, pensou: “o que posso fazer para esse casamento ficar ainda mais bonito?”

Como o evento merecia uma comemoração grandiosa, resolveu encomendar um bolo para o casamento! O bolo teria 2 metros de comprimento e seria servido para todos os noivos comemorarem na celebração!

O problema foi que, no segundo dia de inscrições, havia o dobro de casais inscritos!

“E agora? Eu já encomendei o bolo! Como vou fazer?”

A solução encontrada foi procurar por mais uma parceria. Chamou o promotor de Justiça da cidade, João Pires, e o convenceu a pagar o segundo bolo.

“Ontem eu paguei, hoje o senhor paga o bolo!”, convocou o colaborador. “O que importa é que as pessoas fiquem felizes!”, enfatizou o propósito. E deu tudo certo! Todos tiveram uma doce lembrança deste grande dia!

Um verdadeiro folclore

Deixar o local do atendimento sob disparos de arma de fogo, dormir no carro atolado no meio do ramal, fazer levantamento do quantitativo de pessoas e das demandas necessárias, em uma região de reserva, no meio da floresta fechada, a pé, na companhia de dois mateiros que não tinham sequer uma “carabinazinha” para espantar as onças do caminho, são outros exemplos das histórias e estórias que compõem o folclore do Projeto Cidadão.

Mas, o fato mais importante que permeia todos os outros ao longo dos 30 anos, é que,

com o Projeto Cidadão a Justiça vai até as pessoas, vence barreiras logísticas, falta de acessibilidade e preconceitos e atende a quem precisa. O caso da edição no Bairro Santa Cecília, que atendeu a comunidade de pessoas com hanseníase, comprova isso. As pessoas agradeciam, porque a equipe as acolheu com gestos simples e afetuosos, como o aperto de mãos dado a cada uma, cada um, no ato da entrega das Certidões de Casamento. Aquelas pessoas precisavam do serviço e, especialmente, do respeito.



Casamento coletivo realizado no Rio Croa em Cruzeiro do Sul, em 2021, seguindo as medidas de proteção contra a pandemia da Covid-19

Um projeto que aproximou a **Justiça** **da sociedade acreana**

O acesso à Justiça é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os cidadãos. No entanto, essa garantia não alcança todos os acreanos, pois há uma parcela da população que sequer possui o documento básico que a reconheça como brasileira e, por conseguinte, como cidadã com direitos e deveres perante a lei. A ausência do registro de nascimento de milhares de acreanos foi constatada no ano de 1995.

A partir dessa constatação, o Judiciário iniciou pequenas ações voltadas ao encontro da sociedade, levando cidadania e dignidade por meio das edições de um projeto que traz a cidadania como seu maior propósito. O Projeto Cidadão surgiu, inicialmente, para registrar crianças em idade escolar que precisavam da certidão de nascimento para efetivar suas matrículas. Con tudo, a necessidade era muito

maior do que se imaginava: não apenas as crianças não possuíam documentação, mas também muitos de seus pais.

Para viabilizar o registro tardio dos adultos, foi necessária a participação de outras instituições, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, que se uniram ao Poder Judiciário para levar cidadania a quem necessitava de documentação. A parceria se estendeu ainda à Polícia Civil, com a participação efetiva do Instituto de Identificação, responsável pela emissão das carteiras de identidade. Assim, em grandes mutirões de cidadania, nasceu o Projeto Cidadão, com o objetivo principal de atender grupos mais vulneráveis.

Com o passar do tempo e o reconhecimento da sociedade quanto à importância do Projeto, novas atividades culturais, esportivas, assistenciais e econômicas foram sendo incorporadas, trazendo diver-

sidade e transformando a rotina das comunidades onde o projeto era realizado.

As edições do Projeto Cidadão alcançaram o interior do Acre, chegando a seringais, zonas rurais, aldeias e municípios isolados. Por rios, estradas, até mesmo a pé, a equipe do Projeto segue unida, junto a diversas instituições movidas pelo bem coletivo e pelo compromisso com a cidadania do povo acreano.

Um episódio marcante na minha carreira de magistrada ocorreu durante uma edição do projeto na Vila Santa Cecília, bairro periférico de Rio Branco, que abriga diversas famílias com sequelas da hanseníase. À época, eu era juíza da Vara de Registros Públicos e fui celebrar um casamento coletivo naquela comunidade. Ali pude constatar o quanto as ações do Projeto Cidadão proporcionavam dignidade e sentimento de acolhimento às pessoas mais vulneráveis.

Um casal de idosos, com limitações físicas em razão das sequelas da hanseníase, de cadeira de rodas, emocionou todos ao declarar, durante a cerimônia, que estavam realizando um sonho acalentado há muitos anos, negado a eles pela vergonha de ir até o cartório, bem como pela falta de condições financeiras para custear o casamento.

Ao ouvir o “sim” proferido por aquele casal, senti-me um instrumento de Deus na concretização do sonho de formalizarem sua união perante a lei. Aquele momento, presenciado

por filhos e netos, reafirmou a relevância de promover a cidadania nos locais onde a população efetivamente vive. O Projeto Cidadão celebra trinta anos de atuação e, ao longo desse período, tem se renovado e se reinventado continuamente, com o propósito de aproximar o Poder Judiciário acreano das pessoas que habitam este território.

Desembargadora
Regina Ferrari

Vice-Presidente
(Biênio 2025-2027)



Desembargadora Regina Ferrari e Eva Evangelista sendo recepcionadas pelo Nukini e Nawas em julho de 2024

Galeria

Fotografias por:

Elisson Magalhães
Gleilson Miranda
Pedro Devani
Acervo TJAC

Envolvimento,
alegria,
aproximação



Cidadãs e cidadãos
com direitos
garantidos



30 anos de
promoção de
direitos



Emitir
documentos é
cidadania



Respeitar a diversidade,
pluralidade e ir até as
localidades afastadas



Troca que beneficia servidoras, servidores e população



Inclusão e acessibilidade



União das instituições em prol do Acre



Realização de sonhos



Identidade cultural reconhecida





Atenção às
vulnerabilidades



Na rua, presídios,
reservas extrativistas,
comunidades isoladas,
nas cidades e bairros,
o Projeto Cidadão está
perto das pessoas



Quem faz Projeto Cidadão

Reconhece alguém?

Muita gente varou madrugadas trabalhando, organizando, correu, pulou, vibrou de alegria com a solução encontrada para as cidadãs e os cidadãos sem documentos. Essa galeria é para essas pessoas. Desde já reconhecemos que faltam e faltará. Mas, por meio dos retratos que encontramos, deixamos nosso reconhecimento e homenagens para essas e esses servidores. Agradecemos a todas e todos que se dedicaram e dedicam não apenas ao Projeto Cidadão, mas a servir e fazer do mundo um lugar mais acolhedor e justo.





